

Clivagens do sistema político espanhol da transição (1975-85)*

INTRODUÇÃO. CLIVAGENS DO SISTEMA POLÍTICO — UM ESBOÇO DE REFLEXÃO

A Espanha que nos anos 70 reconquista a democracia, sendo e mantendo-se a mesma, é contudo outra bem diversa da que nos anos 20 e 30 precedeu a Guerra Civil.

Lipset e Rokkan afirmaram, em 1967, que «o sistema de partidos dos anos 60 [reflectia], com poucas, mas significativas, excepções, as estruturas de clivagens dos anos 20» e ainda que «as alternativas partidárias e, de um modo notável, em muitos casos, as organizações partidárias [eram] mais velhas que a maioria do eleitorado nacional»¹.

Porém, no que respeita à Espanha da transição democrática, a questão da continuidade ou descontinuidade nos partidos políticos (sua organização e eleitorado) e entre o sistema de partidos de 1931 a 1936 e aquele de 1977 é bem mais complexa, devido, essencialmente, à longa ditadura franquista. Exceptuando o PSOE, o PCE e o PNV (Partido Nacionalista Vasco), entre os actuais partidos políticos e aqueles de 1936 não se poderão encontrar muito fortes correlações. Se bem que relativamente à UCD e à CEDA exista uma razoável correlação ao nível ecológico (0,46), já pouca continuidade se verifica ao nível organizacional ou mesmo ideológico (ver quadros n.ºs 1 e 2).

No que respeita ao PSOE, PCE e PNV, os coeficientes de correlação entre os seus votos de 1977 e os de 1931-33 são, respectivamente, 0,70, 0,25 e 0,54; porém, se no caso do PCE se correlacionar o voto do PCE de 1977 com o do PSOE de 1931, o resultado é muito mais satisfatório — 0,48. A razão é a quase insignificância eleitoral do PCE durante a II República, só crescendo com o início da Guerra Civil e o apoio militar soviético à República.

* O presente texto é uma versão reduzida de um estudo realizado em 1984-85, no âmbito de um projecto da Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais (APRI), financiado pela Fundação Tinker, dos EUA. Desse projecto, coordenado pelo Prof. Manuel Pinto Barbosa, da Faculdade de Economia da UNL, resultaria a realização, em Dezembro de 1984, de um colóquio, «Portugal-Espanha: Problemas e Perspectivas das Relações Luso-Espanholas», no qual uma versão preliminar deste estudo foi apresentada e discutida. Gostaria, por fim, de referir que a realização desta investigação teria sido impossível sem os conselhos e o inestimável apoio do Prof. Miguel Satrústegui, da Univ. Complutense de Madrid.

¹ Seymour M. Lipset e Stein Rokkan, *Party System and Voter alignments: Cross-National Perspectives*, The Free Press, Nova Iorque, 1967, p. 50.

**Correlações ecológicas do voto da direita e da esquerda entre
Fevereiro de 1936 e Junho de 1987**

[QUADRO N.º 1]

Voto CEDA e voto UCD	0,46
Voto Frente Popular e voto PSOE/PCE	0,65

Fonte: José María Maravall, *La política de la transición (1975-1980)*.

Voto em 1977

[QUADRO N.º 2]

	PCE	PSOE	PNV	EE	ESB	Extrema esquerda	Votos nulos, abstenções
PCE 1933	0,25	0,51	-0,41	-0,11	-0,25	0,18	0,18
PSOE 1931	0,48	0,70	-0,54	-0,17	-0,19	0,11	0,24
PNV 1931	-0,49	-0,70	0,54	0,18	0,18	-0,10	-0,25
1933	-0,15	-0,14	0,42	-0,12	-0,02	-0,27	0,12

Fonte: Juan J. Linz et. al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

A correlação entre o voto da Frente Popular (1936) e a soma dos votos do PSOE e PCE (1977) é igualmente alta (0,65).

José María Maravall pensa que o motivo principal dessas altas correlações é a memória política que, apesar de tudo, ao longo da ditadura se transmitiu de pais para filhos e ao nível das comunidades².

Já no que respeita às clivagens então existentes no sistema político e às suas repercussões na estruturação do actual quadro partidário e ideológico, as conclusões são algo surpreendentes, nomeadamente quanto ao desaparecimento ou atenuação de algumas delas. Veja-se, por exemplo, o não aparecimento em 1977 de um importante (se não mesmo hegemónico) partido de massas democrata-cristão, ou a neutralização da «questão do regime» e o desaparecimento dos partidos burgueses republicanos, ou ainda a ausência da central sindical anarco-sindicalista (CNT).

Stein Rokkan, interceptando dois eixos, um territorial e outro funcional, insere no seu modelo (AGIL) quatro «clivagens críticas», generativas dos actuais sistemas políticos europeus. Essas quatro clivagens — centro/periferia (*nacionalidades*), Estado/Igreja (*religião*), mundo rural/mundo urbano e industrial (*ruralismo*) e, finalmente, proprietários/trabalhadores (*classe*) — resultariam, respectivamente, as duas primeiras do processo de «construção nacional» e as duas últimas da posterior «revolução industrial»³. A estas quatro juntaria eu ainda a problemática monarquia *versus* república (*regime*) e, de certo modo como resultado destas cinco e também como variável autónoma, a distribuição ideológica do eleitorado no *continuum* esquerda-direita (*ideologia*). Dentre as quatro clivagens de Rokkan, aquelas que em Espanha perduraram e nas quais se estruturaram forças partidárias foram a primeira e, parcialmente, a quarta, exactamente aquelas duas que Rose e Urwin⁴, na sua

² José María Maravall, *La política de la transición (1975-1980)*, Taurus, Madrid, 1982.

³ Stein Rokkan, *Citizens, Elections, Parties*, Universitetsforlaget, Oslo, 1970.

⁴ Richard Rose e Dereck Urwin, «Social Cohesion, Political Parties and Strain in Regimes», in M. Dogan e R. Rose (eds.), *European Politics*, MacMillan, Londres, 1971.

análise do já citado trabalho de Lipset e Rokkan, os acusaram de terem sobrevalorizado, subvalorizando em contrapartida a clivagem religiosa. Quanto a esta última, se no seu eixo não se estruturou qualquer partido (confessional ou anticonfessional), a verdade é que é ela talvez a clivagem mais determinante das opções básicas, ideológicas e políticas do eleitorado espanhol.

Lipset e Rokkan, após ressaltarem a importância fundamental do período da II República para a posterior história eleitoral espanhola, viriam a afirmar que é significativo que Juan Linz⁵ tenha baseado «as suas projecções acerca da possível estruturação de um futuro sistema de partidos [não] na experiência desses cinco anos [1931-36], mas sim numa projecção partindo dos resultados eleitorais italianos»⁶. Isto é, também eles, à semelhança de Juan Linz, apostaram no aparecimento, após a queda da ditadura, de um grande partido democrata-cristão «à italiana» — tido por inevitável e que, finalmente, acabaria por não surgir em 1977. Outra previsão, na linha da experiência italiana, que não se viria a verificar foi a da implantação de um Partido Comunista forte e, relativamente ao Socialista, hegemónico.

No País Basco, e ainda segundo Lipset e Rokkan, «fortes lealdades religiosas contribuíram no passado para aumentar a hostilidade para com um governo central, anticlerical.

Na Catalunha, os sentimentos separatistas não puderam reprimir clivagens de classe. O conflito entre industriais e trabalhadores, proprietários e rendeiros dividiu as forças regionalistas numa direita (a Lliga) e uma esquerda (a Esquerda)»⁷.

Daqui surgem claramente, acompanhando Robert Dahl⁸, duas questões fundamentais:

- a) Situações nas quais várias clivagens coincidem e, por esse motivo, se reforçam cumulativamente;
- b) Outras nas quais essas clivagens se entrecruzam (*cross-cutting cleavages*) e, por esse motivo, se atenuam ou neutralizam mutuamente.

a) Sobre a primeira, Hans Daalder pensa que, nessas circunstâncias, «um sistema político pode rapidamente ser levado ao ponto de ruptura»⁹. E de facto assim sucedeu, quer durante a II República Espanhola, quer, especialmente, na Áustria, no período entre as duas guerras.

O caso austríaco surge assim como paradigmático daquilo que se designou por «pluralismo segmentado» e que se refere ao confronto entre dois ou três blocos (constituindo cada um deles uma distinta família espiritual) através da «organização de movimentos sociais, educacionais e sistemas de

⁵ Juan J. Linz, *El sistema de partidos en España*, Bitacora, Madrid, 1979 (1967: 1.ª ed.).

⁶ S. M. Lipset e S. Rokkan, *op. cit.*, p. 52.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 42.

⁸ Robert A. Dahl (ed.), *Political Oppositions in Western Democracies*, Yale University Press, New Haven, 1976.

⁹ Hans Daalder, «Parties, Elites and Political Developments in Western Europe», in Joseph La Palombara e Myron Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton University Press, N. J., 1972 (1960: 1.ª ed.).

comunicação, associações voluntárias e partidos políticos ao longo de linhas de clivagem religiosas e ideológicas»¹⁰.

Por vezes, tais clivagens coincidiam ainda ao nível de classe e de distribuição territorial e, pelo menos no que respeita aos blocos (ou sub-blocos) de esquerda e confessionais católicos, eram elas reforçadas por fortes «partidos de integração social» (na designação de S. Neumann)¹¹.

Trata-se aqui de verdadeiras subculturas (cada uma com a sua *lager mentalitat*), centradas, como diriam certos politólogos holandeses — J. P. Krujt, H. Daalder ou A. Lijphart —, em «Verzuling», pilares verticais e entre si quase incomunicáveis, assentando cada um deles numa base própria e específica e aos quais, neste caso, já teriam também chamado «Las dos Españas».

Se numa mesma clivagem («clivagem heterogénea», como lhe chama Peter Merkl)¹² confluem cumulativamente memórias históricas, questões económicas, sociais, de classe, religiosas, étnicas, linguísticas, nacionalistas, etc., o que daí necessariamente resulta é, simplesmente, algo de explosivo — vejam-se, a título de exemplo, os casos actuais do Ulster e, se bem que apenas parcialmente, do País Basco.

b) Diria, apesar de tudo, que, quase necessariamente, «uma democracia estável requer a manifestação de conflitos ou clivagens, [porque eles] contribuem para a integração de sociedades e organizações»¹³ e, nesse sentido, «a presença de *cross-cutting cleavages* [...] é um importante factor de estabilidade e legitimidade num sistema político. Isto aplica-se também a países [caracterizados por] uma crise de legitimidade [...] Um conflito moderado num sistema democrático competitivo aumentará ou restabelecerá a legitimidade do sistema, dentro dos limites em que os grupos contrapostos, separados por clivagens políticas, têm entre si tanto em comum como naquilo que os divide»¹⁴. Se as clivagens não resultarem cumulativas, mas, pelo contrário, se entrecruzarem, surgirão então necessariamente participações múltiplas e heterogéneas — *overlapping memberships*: classe social entrecruzada com regionalismos, militância de esquerda com catolicismo, ou com classes médias, interpenetração territorial das várias ideologias presentes, etc. Todas elas, refira-se, situações que caracterizam sociopoliticamente a Espanha actual, aliás de um modo marcante.

A permanente tensão existente entre «pressões entrecruzadas» e identificações conflituosas quase poderá acabar por «integrar mecanicamente» (Harry Eckstein) os vários blocos dessa sociedade e, sobretudo, o que sem qualquer dúvida fará é mutuamente moderá-los.

Ainda relativamente a esta questão, seria curioso relembrar uma das mais interessantes teses de Duverger — a tese do *recouplement* de dualismos partidários múltiplos — e, paradoxalmente, talvez aquela que ele próprio mais minimizou.

¹⁰ Val R. Lorwin, «Segmented Pluralism», in *Comparative Politics*, vol. 3, n.º 2, Janeiro de 1971.

¹¹ Sigmund Neumann (ed.), *Modern Political Parties*, The University of Chicago Press, Chicago e Londres, 1956 (Midway Reprint, 1975), pp. 400-405.

¹² Peter H. Merkl, *Modern Comparative Politics*, The Dryden Press, Hinsdale, Illinois, 1977.

¹³ Seymour M. Lipset, *Political Man*, Anchor Books, 1963, p. 1.

¹⁴ Peter H. Merkl, *Modern Comparative Politics*, cit., p. 126.

Esta tese poderia visualizar-se como um espaço onde as várias dimensões se interceptam, e não como um *continuum* ou um eixo único conflitual. Para ele, o multipartidarismo resultaria (se bem que facilitado por algumas técnicas eleitorais) não só do fraccionismo (quer para o centro quer para os extremos), mas também, e sobretudo, de fenómenos de sobreposição. Essencialmente, essa sobreposição consiste numa «falta» de coincidência entre várias categorias de oposições dualistas, de modo que desse seu entrecruzar resulta uma divisão multipartidária¹⁵, segundo Duverger, «não natural», mas, diria eu, em certos contextos, altamente funcional e estabilizante.

Da II República até nós muito se foi atenuando e ficando pelo caminho. Tal sucedeu não só com a estrutura altamente «segmentada» que então caracterizava a Espanha das vésperas da Guerra Civil, como com o peso cumulativo de várias clivagens coincidentes. E não é a primeira vez que, «em democracias com clivagens subculturais e fortes tendências para o imobilismo e a instabilidade, deliberadamente se procurem sistemas mais estáveis através dos líderes das respectivas subculturas».

Segundo Lijphart¹⁶, em tais situações pode-se chegar a sistemas mais estáveis desde que exista:

1. Capacidade de reconhecimento dos perigos inerentes a sistemas fragmentados;
2. Empenho na manutenção do sistema;
3. Capacidade de ultrapassar clivagens subculturais aos níveis das *élites*;
4. Capacidade de se encontrarem soluções apropriadas para as «exigências» das subculturas.

É um facto que a Espanha, durante a primeira fase do processo de transição, e através de uma política de amplo consenso, caracterizada, aliás, por um surpreendente baixo grau de polarização, chegou a uma situação muito semelhante àquela que Lijphart designa por «*consociational democracy*».

Em princípio, um sistema subcultural segmentado é predominantemente estático, defensivo e, muito especialmente, não expansivo (limitando-se cada bloco a defender a sua «natural» área de influência, que estaria assim como que «congelada»)¹⁷.

Sendo assim, dificilmente se justificaria a inclusão dessa primeira fase do processo de transição nesta categoria¹⁸. Porém, se analisarmos o índice de fluidez eleitoral (ou volatilidade) característico desta fase¹⁹ e, especialmente, aquele das eleições municipais de 1979, vemos que dificilmente ele

¹⁵ Maurice Duverger, *Les Parties Politiques*, Armand Colin, Paris, 1973, p. 261.

¹⁶ Arend Lijphart, «Typologies of Democratic Systems», in *Comparative Political Studies*, vol. 1, n.º 1, Abril de 1968.

¹⁷ Juan J. Linz, «La frontera sur de Europa», in *REIS*, n.º 9, 1980, p. 44.

¹⁸ Carlos Huneeus, «La transición a la democracia en España — Dimensiones de una política consociacional», in Julián Santamaría (comp.), *Transición a la democracia en el sur de Europa y América Latina*, CIS, Madrid, 1981.

¹⁹ José Maria Maravall, «Los apoyos partidistas en España: polarización, fragmentación y estabilidad», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 23, Setembro/Outubro de 1981, pp. 27-29.

é compatível com mentalidades e processos de enquadramento social de tipo segmentário e com práticas de concorrência defensiva (ver quadro n.º 3).

Proporção de votantes leais nos vários partidos

[QUADRO N.º 3]

Partidos	Entre as eleições gerais de 1977 e as de 1979 (100 %: voto do partido em 1977) — Porcentagem	Entre as eleições gerais de 1979 e as municipais de 1979 (100 %: voto do partido nas eleições gerais de 1979) — Porcentagem	Entre as eleições gerais de 1979 e as eleições dos Parlamentos Bascos e Catalão em 1980 (100 %: voto do partido nas eleições gerais de 1979 em Euskadi e Catalunha) — Porcentagem
UCD	87	76	45
PSOE	87	84	59
PCE	89	80	72
CD-AP	75	63	50
CIU	93	77	83
PNV	88	92	89
Índice de aderência...	86,5	78,7	66,3
Índice de fluidez	13,5	21,3	33,7

Fonte: José María Maravall, *Los apoyos partidistas en España*.

Sobretudo três sectores: o rural (Centro/Norte), o moderado (centrista) e o operário (especialmente aquele sector que votou Comisiones Obreras nas eleições sindicais de 1978), foram especialmente vulneráveis em 1979 a essa fluidez ou volatilidade. A «competição expansiva» (Sani e Sartori) necessariamente daqui resultante não poderia deixar de ser «uma competição entre partidos orientada preferencialmente para ganhar votos em áreas onde as influências partidárias são consideradas muito provisórias»²⁰ e, portanto, não «cristalizadas».

Penso, contudo, que não são essas as únicas características fundamentais da teoria «consociacional» e que, especialmente tendo como referência a Áustria, se justifica, mesmo que com alguma cautela, uma tal leitura. Já o mesmo de modo algum se poderá dizer da fase que vai das eleições gerais de 1979 (e especialmente das municipais que logo um mês depois tiveram lugar) às eleições regionais da Galiza e da Andaluzia e às gerais de 1982 — chamemos a esta segunda fase «fase de realinhamento», realinhamento ideológico, político e social. Sendo a terceira fase, a que começa em 1982, caracterizada pelo termo da transição (e, por conseguinte, pela desagregação do «partido da transição» — a UCD), por uma maior polarização partidária e uma mais ampla e expansiva competitividade entre dois blocos, relativamente bem definidos e tendencialmente hegemónicos.

Ainda relativamente à primeira fase, chegou-se mesmo ao ponto de se ter estruturado em moldes *cross-cutting* a própria UCD, que, funcionando como «pivot hegemónico», viria a conduzir a transição, a conduzi-la e a personificá-la.

Essa estruturação processou-se a dois níveis. Através da integração nas suas fileiras de falangistas (nunca apresentados como tal, mas sim como independentes, membros da Frente Social Independente ou ainda suaristas) e antifranquistas moderados; de liberais e democratas-cristãos; de conservadores e sociais-democratas; de confessionais e laicos; de centralistas e regionalistas, etc., desse modo centrando no seio do próprio partido o eixo das tensões centrípetas (e, a partir de certa altura, também centrífugas).

Mas também tal se verifica ainda a outro nível, pois podemos mesmo verificar que esse eixo atravessava o núcleo central (Partido Popular) em torno do qual a própria UCD se formou, pois nele também se encontram essas mesmas clivagens entrecruzadas. A questão da real natureza da UCD e do seu papel histórico neste processo será posteriormente desenvolvida.

Digamos, por agora, que, «possibilitando que se institucionalize a colaboração entre os dois blocos ao nível de um subsistema-‘chave’ para a articulação e agregação de interesses [...], a UCD permitiu o ingresso no Governo de uma parte considerável da oposição burguesa, constituída por partidos democratas-cristãos, sociais-democratas e liberais, sem que tivesse tido a necessidade de procurar uma colaboração entre *élites* através de governos de coligação, a fórmula mais utilizada para encarar crises políticas». E, nesse sentido, «só formalmente o caso espanhol se afastou do sistema de ‘grande coligação’, pois a UCD integra uma boa parte dos grupos dos dois blocos até meados de 1976 antagónicos (ambos representados com um critério de proporcionalidade quer no Gabinete, quer no Parlamento, quer na direcção da UCD)»²¹.

Nesta perspectiva, ainda mais se torna patente que o suicídio da UCD não foi suicídio, mas sim morte natural. Tinha terminado uma fase e já todos se preparavam para a seguinte, inclusive Adolfo Suarez.

Já em pleno processo de transição, «os dados assinalavam», dizia Julian Santamaría, «uma considerável redução de clivagens e uma notável moderação dos comportamentos. O eleitorado alinha-se em torno de dois eixos e apenas de dois. O eixo direita-esquerda e o eixo centralismo-nacionalismo. Os partidos confessionais e os laicos foram vencidos e nenhum partido com designação institucional chegava ao Parlamento. Quanto ao restante, dentro de cada bloco de direita e de esquerda, as opções moderadas conseguiam uma posição proeminente»²².

Macpherson teria aqui plenamente razão ao considerar que a função principal de todo o sistema de partidos talvez mais não seja que a de moderar os conflitos de interesses e de classes, isto é, a sua «função estabilizadora»²³.

Tal como afirma Julian Santamaría, verificou-se em 1977 uma considerável redução das clivagens, alinhando-se o eleitorado em torno de dois eixos e apenas dois — funcionando agora o eixo catolicismo/anticatolicismo já não como um eixo autónomo e estruturante de clivagens, mas sim quase como um «amortecedor» das clivagens de facto existentes. A sua influência já não se coloca ao nível da estruturação dos partidos políticos,

²¹ Carlos Huneeus, *op. cit.*, p. 275.

²² Julián Santamaría, «Transición controlada y dificultades de consolidación: el caso Español», in Julián Santamaría (comp.), *op. cit.*, p. 403.

²³ C. B. Macpherson, «I partiti politici», in *Studi Politici*, Março de 1959, p. 108.

mas exclusivamente enquanto condicionante da distribuição das preferências ideológicas.

A moderação generalizada resultou essencialmente do «consenso pactuado», pelo qual se verificou «um considerável nível de desradicalização nas principais forças políticas. O Governo [...] abandona a repressão e aceita a liberdade política. Em troca, a oposição abandona a sua doutrina de «ruptura democrática» com o passado e impôs moderação nas reivindicações da classe operária. Os radicais (marxistas-leninistas no Partido Comunista e marxistas no PSOE) foram contidos e neutralizados»²⁴.

Resumindo, e seguindo Giacomo Sani, diríamos que, durante a transição, as «três divisões historicamente mais significativas ressurgiram na política espanhola. Das três, o 'problema regional' parece ser o que produz maiores divisões; 'classe' e 'religião', especialmente a última, aparecem ao nível de massas relacionadas com as preferências partidárias. Devido em parte à actividade da *élite*, as divisões religiosas aparecem como uma fonte mais potencial que actual de conflito»²⁵. A clivagem «classe» encontra-se hoje muito mais diluída que no passado, sendo cada vez menos determinante nas opções eleitorais, já que se generalizaram estratégias *catch-all* por todos os partidos e, obviamente, a sociedade espanhola sofreu entre-tanto mudanças profundas.

Vejamos agora, sucessivamente, duas clivagens que praticamente já desapareceram (*ruralismo* e *regime*); uma clivagem momentaneamente desactivada, mas talvez ainda hoje das mais condicionantes (*religião*); outra plenamente activada (*nacionalidades*) e ainda uma outra activada, mas em crescente diluição (*classe*).

Será, por fim, igualmente analisada a distribuição ideológica do eleitorado (*ideologia*), clivagem esta em grande parte resultante das anteriores e aqui surgindo como que como conclusão.

1. REGIME — A MONARQUIA COMO *RES PUBLICA*

A clivagem Monarquia/República está já hoje praticamente anulada, não só por uma inesperada aceitação, ou, pelo menos, não rejeição, da Monarquia, como pela inexistência de partidos específica e explicitamente monárquicos ou republicanos.

Quanto a estes últimos — durante a II República, na sua maioria de centro-esquerda, urbanos e quase sempre anticlericais —, pensa-se que o seu anterior eleitorado se teria agora distribuído pelo PSOE, pela UCD (enquanto esta existiu) e, na Catalunha, também pelos partidos autonomistas.

Quanto à aceitação da Monarquia, é de notar que ainda antes da liberalização ocorreram sucessivas tentativas de perspectivar o pós-franquismo num horizonte monárquico.

²⁴ S. Giner e E. Sevilla, «Spain from corporatism to corporatism», in Allan Williams (ed.), *Southern Europe Transformed*, Harper and Row, Londres, 1984, pp. 124-125.

²⁵ Giacomo Sani, Richard Gunther e Goldie Shabad, «Estrategia de los partidos y escisiones de masas en las elecciones parlamentarias españolas de 1979», in *Revista de Derecho Político*, n.º 11, Outono de 1981. Para uma aplicação do sistema de clivagens de S. Rokkan à Espanha: R. G. Cotarelo, «Los partidos políticos en Europa y España», in *Revista de Política Comparada*, n.º 2, Outono de 1980.

De Tierno (PSP) a Satrústegui (liberal monárquico na oposição), Gil Robles (ex-CEDA e mais tarde democrata-cristão na oposição) e Ridruejo (ex-falangista e social-democrata, igualmente na oposição), as tentativas nesse sentido foram muitas e sem grandes resultados.

Em 1977 formou-se a Junta Democrática, integrando o PCE, o PSP e os carlistas, entre outros. No ano seguinte constitui-se a Plataforma de Convergência Democrática, nela entrando o PSOE, democratas-cristãos, liberais, sociais-democratas, PNV e vários grupos mais pequenos. Do acordo surgido entre ambas em 1976 (a Coordenação Democrática) surgiu uma linha de «reconciliação nacional», sendo tacitamente aceite que não questionariam a instituição monárquica — isto é, que esta seria aceite sem o recurso a referendo — caso a Monarquia conseguisse levar a cabo, e rapidamente, o processo democrático²⁶.

Será talvez conveniente voltar um pouco atrás para que melhor se possa situar esta problemática.

Desde há muito que um sector bastante influente da oposição moderada — Fernández Ordoñez, Ridruejo, Alvarez de Miranda, Ruiz Gimenez e Tierno — ou estava vinculado ao «juanismo» ou nele apostava tacitamente. Tierno, que então liderava ainda os socialistas do interior (futura-mente PSP), era desde «sempre afecto à figura de D. Juan de Borbon»²⁷ e considerava inevitável uma saída monárquica para a ditadura, o que o levou a um intenso confronto com o PSOE «do exterior», intransigente no seu republicanismo, dito «histórico».

A designação, em Julho de 1969, por Franco, de Juan Carlos como sucessor não deixou de criar problemas mesmo no campo dos monárquicos indefectíveis (veja-se, por exemplo, a reacção de J. Strústegui), mas, apesar disso, os dirigentes da Izquierda Democrata Cristiana, entre outros, «comprometem-se a não atacar a pessoa de Juan Carlos»²⁸, vendo nele a única hipótese de instalação da democracia em Espanha.

Na área do Partido Comunista, a hostilidade à instituição monárquica era, em princípio, tão intensa como aquela do PSOE «do exterior». Em Novembro de 1969, Carrillo, Dolores Ibarruri e outros dirigentes do PCE encontraram-se em Moscovo com Breznev, que os teria tentado convencer a apoiarem a restauração monárquica em Espanha, porém sem qualquer resultado²⁹.

A posição do PCE tornar-se-ia, porém, no futuro muito mais maleável quanto a esta questão.

No fundo, o que pairava sobre a Monarquia Espanhola era o fantasma de uma possível reedição de 1931 — surgindo a República como consequência da colaboração do rei com a ditadura de Primo de Rivera —, ou ainda mais de uma reedição dos referendos que na Itália, após a libertação, e, mais recentemente, na Grécia, após a queda do regime dos coronéis, puseram termo às respectivas monarquias. Os antecedentes eram bem elucidativos e era então óbvio para todos que «a institucionalização monár-

²⁶ Raul Morodo, *La transición política*, Tecnos, Madrid, 1984, pp. 144-145.

²⁷ Fernando Jáuregui e Pedro Vega, *Crónica del anti-franquismo*, vol. 2, 1963: *El nacimiento de una nueva clase política*, ed. Argos Vergara, Barcelona, 1984, p. 319.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 319.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 321.

quica exigia a instauração democrática», exigia, antes de mais, uma «monarquia de todos os espanhóis»³⁰, isto é, uma *res publica*.

É claro que estas preferências não se distribuíam por igual ao longo do leque partidário, verificando-se mesmo sensíveis discrepâncias (ver quadros n.ºs 4, 5 e 6).

Preferência pela Monarquia versus República e avaliação da actuação do rei

[QUADRO N.º 4]

Preferência	Avaliação do que está fazendo o rei					Total
	Muito bem	Bem	Nem bem nem mal	Mal	NS/NR	
Monarquia	17,1	34,0	7,8	0,2	1,4	60,5
República	1,1	6,7	8,9	1,7	0,5	18,9
Ambas	0,8	2,8	1,5	0,2	0,5	5,8
NS/NR	1,9	7,4	4,4	0,3	0,7	14,7
Total ...	20,9	50,9	22,6	2,4	3,1	99,9

Resumo do quadro anterior

Preferência	Muito bem ou bem	Nem bem nem mal ou mal	Total
Monarquia	51,1	8,0	59,1
República	7,8	10,6	18,4
Ambas, NS/NR	12,9	6,4	19,3
Total	71,8	25,0	

Fonte: Juan J. Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

Os apoios à Monarquia encontravam-se, por exemplo no País Basco e em Navarra, preferencialmente e por ordem decrescente, na UCD, AP, PSOE e PNv; no caso do PCE, metade apoia, mas apenas um terço tem uma opinião negativa, e, na EE, as opiniões dividem-se praticamente em metade para cada lado. Tanto na EE como, principalmente, na HB — a

Opinião sobre o rei segundo a opção eleitoral em 1980

[QUADRO N.º 5]

	AP (porcen- tagem)		EE (porcen- tagem)		HB (porcen- tagem)		PCE (porcen- tagem)		PNV (porcen- tagem)		PSOE (porcen- tagem)		UCD (porcen- tagem)		Outros de esquerda (porcen- tagem)	
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-
O rei	81	16	45	44	20	73	50	32	72	18	76	11	89	3	29	71

Fonte: Juan J. Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

³⁰ Julián Santamaría, «Transición controlada y dificultades de consolidación: el caso español», in Julián Santamaría (comp.), *op. cit.*, p. 393.

Importância atribuída ao papel do rei em várias regiões

[QUADRO N.º 6]

	Total	Regiões									
		Andaluzia	Centro	Astúrias	Canárias	Gali-za	Madrid	Barcelona	Valencia	Catalunha	País Basco/Navarra
Número de entrevistados ..	5228	840	1208	174	170	425	617	641	500	284	369
Avaliação do papel do rei:											
Muito importante	34%	53%	37%	26%	38%	30%	19%	29%	34%	28%	23%
Bastante importante	43%	36%	44%	44%	40%	47%	46%	50%	45%	47%	37%
Pouco importante	14%	8%	10%	17%	12%	13%	22%	13%	11%	17%	24%
Nada importante	5%	1%	3%	9%	3%	3%	8%	6%	4%	5%	11%
Não sabe, não responde	4%	1%	7%	4%	6%	7%	5%	2%	5%	2%	5%

Fonte: Juan J. Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

ala ultranacionalista e esquerdista —, o apoio à Monarquia é diminuto e a sua recusa atinge os 73 %³¹.

Se analisarmos a importância atribuída ao papel do rei em diversas regiões, podemos concluir que o rei surge com uma grande importância na Andaluzia — origem da extinta CNT e hoje centro de implantação do PCE e do PSOE, todos eles, note-se, tradicionalmente republicanos. Já na província de Valencia, um dos centros tradicionais da burguesia republicana, a opinião pública mostra-se muito mais céptica relativamente ao rei do que na Andaluzia. O Centro de Espanha, zona tradicionalmente muito conservadora, tem uma percentagem muito inferior à da radical Andaluzia. Por outro lado, o País Basco/Navarra, zona eminentemente católica e sob a hegemonia de um velho partido democrata-cristão, tem uma baixíssima percentagem, visto a clivagem «nacionalista» se sobrepor, sem compromissos, a qualquer outra.

Refira-se que, no País Basco, os trabalhadores imigrados são sensivelmente mais favoráveis ao rei que a população autóctone.

E Madrid, capital do Império, é contudo bem mais céptica que Barcelona, tradicional capital do republicanismo burguês e laico.

O processo que conduziu à aceitação da Monarquia não foi, como era de esperar, totalmente linear. Ainda durante as reuniões da Comissão de Redacção da Constituição, o representante do PSOE (Gregorio Peces-Barba) apresentou um projecto, que aliás defendeu praticamente até ao último momento e que incluía a fatal «emenda republicana». Possivelmente, era esse o seu contributo a uma tradição centenária e a verdade é que os seus oponentes não ficaram especialmente alarmados³².

Na Ley para la Reforma Política (aprovada pelo referendo de 15 de Dezembro de 1976), a Monarquia era ainda definida como «Monarquia presidencialista». Durante as já referidas sessões da Comissão Constitucional, a escolha recaiu num papel preferencialmente «arbitral», e, assim, a

³¹ Francisco José Llera Ramo, «La estructura electoral y el sistema de partidos en las comunidades autónomas del País Vasco y foral de Navarra después de las elecciones generales de 1982», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 34, Julho/Agosto de 1983, p. 197.

³² B. De la Cuadra e S. Gallego-Díaz, *Del consenso al desencanto*, ed. Saltés, Madrid, 1981, pp. 27 e segs.

Monarquia acabou por surgir como «monarquia parlamentar» na versão definitiva da Constituição, sendo aprovado este ponto (artigo 1.3) sem qualquer voto contra e a abstenção do PSOE. O delegado do PCE, Solé Tura, terá inclusive votado a favor³³.

O PSOE «aceitou» a Monarquia, impondo em troca «menos monarquia»³⁴ e ainda «que os seus poderes se definissem taxativamente»³⁵.

Filipe Gonzalez declarava em 1980 que «a designação de um primeiro-ministro socialista consolidaria sem dúvida a instituição monárquica», acrescentando em seguida: «É certo, contudo, que eu jamais me tornarei monárquico. Sou e continuarei a ser republicano»³⁶, palavras que, de certo modo, poderão ser paradigmáticas de uma boa parte dos ex-opositores ao franquismo. O seu apoio à Monarquia, sendo de início puramente pragmático e conjuntural, cedo se tornou um facto, por muitos sinceramente partilhado.

Quer o total apoio de Juan Carlos aos primeiros momentos do processo de democratização, quer o seu decisivo papel na defesa da democracia durante o golpe militar, levaram a uma legitimação da Monarquia, que culminaria com a designação, em 1982, de um primeiro-ministro socialista. Na feliz expressão de Giuseppe di Palma, a actuação do rei acabou por «legitimar retroactivamente» a própria instituição³⁷ e fê-lo libertando-a do seu «pecado original» franquista³⁸.

A sua hábil actuação e a extrema moderação dos partidos de esquerda levaram à hoje quase completa neutralização da clivagem «regime».

2. RURALISMO — O OCASO QUASE INAPELÁVEL DE UMA CLIVAGEM TRADICIONAL

Pode-se considerar, como um dado de facto, que a clivagem rural/urbana está hoje bastante esbatida, diria mesmo irreversivelmente esbatida.

Por um lado, a CNT, que, nomeadamente, encarnara a contestação rural na Andaluzia, resulta hoje surpreendentemente ausente. E, claro, surge aqui a questão de saber qual o partido que herdou essa tradição ou, pelo menos, ecologicamente com ela se identifica. As opiniões não são coincidentes neste ponto, e, enquanto José María Maravall defende que foi o PSOE que «captou as antigas áreas anarquistas na Catalunha, Valencia e Andaluzia do Sul»³⁹, vários autores, nomeadamente Pierre Letamendia, defendem que foi sim o PCE a substituir a CNT. Letamendia, acentuando

³³ Juan F. Badia, «La Monarquía Parlamentaria actual española», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 13, Janeiro/Fevereiro de 1980.

³⁴ Julián Marías, «España: una reconquista de la libertad», in *Cuenta y Razón*, n.º 1, 1981.

³⁵ Julián Santamaría, *op. cit.*, p. 408.

³⁶ In Bruno Vespa, *Intreviste sul Socialismo in Europa*, Laterza, Bari/Roma, 1980, p. 64.

³⁷ Giuseppe di Palma, «Derecha, Izquierda o Centro? Sobre la legitimación de los partidos y coaliciones en el sur de Europa», in *Revista de Depart. de Derecho Político*, n.º 4, Outono de 1979, p. 137.

³⁸ José Luis Aranguren, *España: una meditación política*, ed. Ariel, Barcelona, 1983, p. 28.

³⁹ José María Maravall, *La política de la transición (1975-1980)*, cit., p. 187.

o facto de, em 1931, a CNT ter na província de Sevilha 48 000 membros, na sua esmagadora maioria trabalhadores agrícolas, enquanto a UGT apenas contava nessa província com 20 000, sendo estes essencialmente funcionários urbanos, afirma ser hoje semelhante tal situação, tanto na província de Sevilha como na de Córdova, mas agora relativamente ao PCE e ao PSOE⁴⁰.

De qualquer modo, com a acentuada descida do PCE nas últimas eleições do período de transição, esta sua parcial natureza de partido do proletariado rural do Sul ganha, paradoxalmente, um redobrado significado, na medida em que esses bastiões do Sul, mal ou bem, perante a derrocada geral do comunismo espanhol, se vão mantendo incólumes (ver quadro n.º 7).

Evolução do voto PCE

[QUADRO N.º 7]

	Porcentagem total	
	Espanha	Andaluzia
Eleições gerais — 1977	9,38	11,08
Eleições gerais — 1979	10,81	13,35
Eleições gerais — 1982	3,21	6,09
Eleições municipais — 1983	8,12	6,09

Fonte: A. Muñoz Alonso, *Las elecciones del cambio*.

Igualmente quase desapareceu o carlismo, o qual, especialmente em Navarra, ligara em tempos um radical ruralismo à questão dinástica, representando eminentemente os valores pré-industriais, antiurbanos e antiburgueses, gerindo hoje com uma peculiar coerência, mas residual impacte eleitoral, a passagem do seu ancestral tradicionalismo comunitarista à actual linha autogestionária, socializante e ecológica. Por outro lado, a dispersão e a interpenetração das tradicionais zonas de implantação partidária ajudaram muito a diluir esta clivagem.

Nas primeiras eleições, quer o PCE na Andaluzia, como já referi, quer a AP na Galiza, surgiram como excepções a essa dispersão, concentrando a maioria dos seus eleitorados em zonas específicas. Com o desaparecimento da UCD, a AP alargou e diversificou consideravelmente as suas áreas de influência, juntando ao carácter essencialmente urbano (e sobretudo galego) do seu eleitorado original um outro, este, sim, essencialmente rural, que herdou da UCD.

Entre as eleições de 1977 e as de 1979 deu-se uma importante viragem qualitativa na distribuição eleitoral dos vários partidos.

Nas eleições de 1977 era ainda patente uma clara diferenciação nessa distribuição, sendo, *grosso modo*, os partidos de direita claramente dominantes nas áreas rurais e os de esquerda nas zonas mais urbanas (ver quadro n.º 8).

Nas eleições de 1979, «o PSOE concentrou [...] muitos recursos da sua campanha nas áreas onde a UCD era forte: a parte fundamentalmente

⁴⁰ Pierre Letamendia, *Les parties politiques en Espagne*, PUF, Paris, 1983, p. 84.

Percentagens de autopoicionamento segundo o habitat

[QUADRO N.º 8]

	Total	Metropolitano	Urbano	Intermédio	Rural
Esquerda	18	27	19	15	12
Direita	22	16	21	22	26
Não sabe/não responde..	21	18	21	22	25

Fonte: José Gimenez Blanco et al., *La conciencia regional en España*.

rural da Espanha, que compreende a Galiza, a Estremadura, Castela-Leão, Castela-La Mancha e Canárias»⁴¹.

Os resultados foram amplamente compensadores e as zonas onde o PSOE mais aumentou os seus votos foram exactamente as atrás indicadas (ver quadro n.º 9).

Evolução de voto socialista em 1979

[QUADRO N.º 9]

Circunscrições com um forte incremento de voto (+ de 5%)

Cáceres	+ 11,7%
Lérida	+ 10,0%
Almeria	+ 9,7%
Teruel	+ 9,6%
Cuenca	+ 9,1%
Sória	+ 7,9%
Ciudad Real	+ 7,6%
Huesca	+ 7,2%
Castellón	+ 6,8%
Baleares	+ 6,4%
Ávila	+ 6,1%
Albacete	+ 5,5%
Oviedo	+ 5,4%
Lugo	+ 5,4%
Tarragona	+ 5,2%

Fonte: José Felix Tezanos, *Sociología del socialismo español*.

Por seu lado, a UCD avançou, também ela, um pouco nas províncias tradicionalmente tidas como de esquerda.

A propósito da UCD, gostaria de referir que este partido era tido, até 1982, como o continuador da CEDA da II República — partido clerical e fundamentalmente de implantação rural, excepto na Catalunha e no País Basco, onde jamais se implantara —, visto existir uma forte correlação ecológica entre ambos, e uma ainda maior correlação se juntarmos ao da UCD o eleitorado da AP (ver quadro n.º 10).

É contudo plausível que a UCD tenha igualmente herdado uma parte considerável do voto da burguesia republicana, na sua maioria um voto urbano.

As diferenças entre estes dois partidos são porém grandes, pois a UCD «é, ou quer ser, o sector progressista da direita capitalista, ao passo que a

CEDA se identificava apenas com alguns sectores desta, e não precisamente com aqueles [...] decisivos. O predomínio no seu seio dos interesses agrários era [hoje] muito diverso do dos núcleos capitalistas que [então] se organizavam na UCD»⁴².

Correlação entre o voto de Junho de 1977 e o de Fevereiro de 1936 (ao nível provincial)

[QUADRO N.º 10]

Voto em 1977	Voto por partidos e coligações em 1939				
	Esquerda	Centro	Direita	PSOE	CEDA
PCE	0,7138	-0,1614	-0,4449	0,2057	-0,3628
PSOE	0,5377	-0,3300	-0,1672	0,6053	-0,0669
PSP	0,2294	-0,2211	-0,0106	0,1955	0,1850
PSOE + PSP	0,5567	-0,3672	-0,1539	0,6069	-0,0018
PCE + PSOE + PSP	0,6917	-0,3375	-0,2863	0,5343	-0,1406
UCD	-0,3651	0,1075	0,2033	0,0405	0,4530
AP	-0,4713	0,0263	0,3695	-0,0668	0,3219
UCD + AIP	-0,4524	0,1022	0,2814	0,0174	0,4888
FDI - Esquerda	0,3184	-0,0201	-0,2442	-0,3897	-0,3616
AET	-0,0967	-0,1365	0,1985	0,0032	-0,1038

Fonte: Juan Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

Porém, a partir das eleições municipais de 1979, a UCD nunca mais deixou de perder nas zonas urbanas e, em termos de implantação eleitoral, de se tornar cada vez mais um partido de áreas rurais. Nas eleições autonómicas da Catalunha, em 1980, a UCD «apenas obteve bons resultados nas áreas mais rurais, de menor industrialização e menos população imigrada»⁴³. Nas eleições galegas do ano seguinte repete-se a mesma tendência, tornando-se a UCD, na Galiza, um partido fundamentalmente rural. Por outro lado, e apesar de virar claramente à direita nessas mesmas eleições, a UCD perde por completo o apoio da Confederação Patronal — CEOE, o qual, em bloco, se transfere para a AP — em cujas listas inclui dezenas dos seus membros —, apostando agora numa «grande direita» à portuguesa (isto é, a AD), aliás como então o fez também a Igreja⁴⁴.

Paradoxalmente, à medida que se vai aproximando do fim, a UCD vai-se assemelhando cada vez mais à velha CEDA. Ainda antes das primeiras eleições, a UCD, segura da sua hegemonia nas áreas rurais (normalmente as mais subdesenvolvidas e as mais religiosas), distribuíra o número de deputados por província seguindo critérios de pura manipulação, jogando a fundo, e com pleno, mas conjuntural, sucesso, no papel das velhas cliques locais geradas pelo franquismo.

⁴² Julio Rodríguez Aramberi, «Origen y evolución del sistema de partidos en la España democrática: un ensayo de interpretación», in Fernando Claudin et al., *Crisis de los partidos políticos?* Dedalo ed., Madrid, 1980, p. 105.

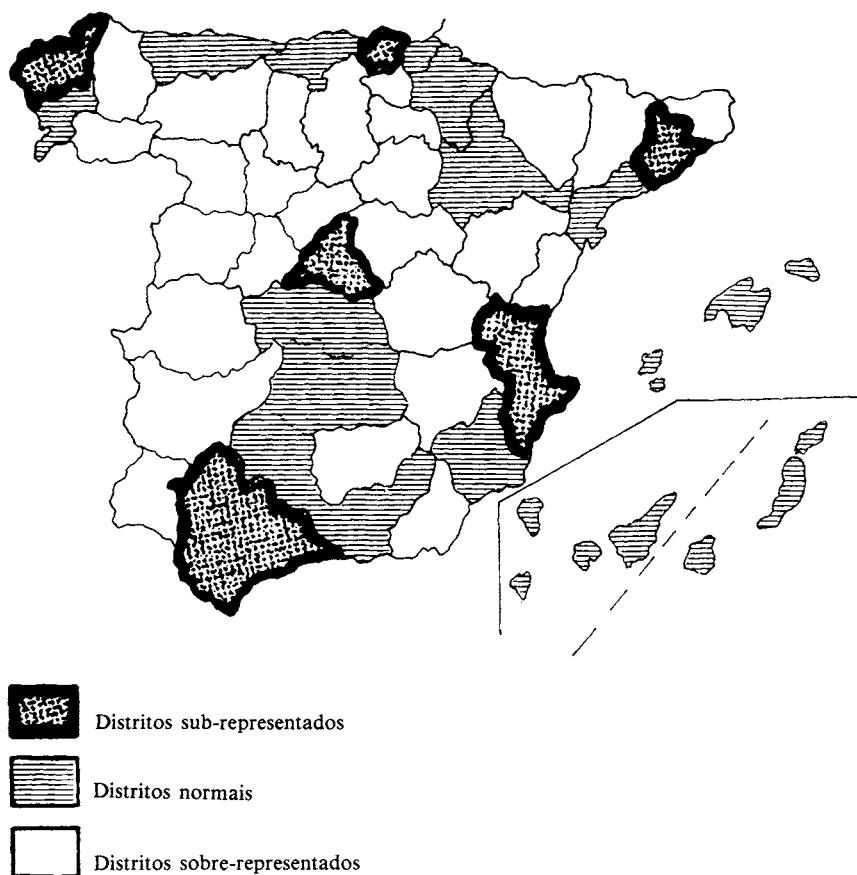
⁴³ Equip. de sociología electoral, *UAB. Atlas electoral de Catalunya (1976-80)*, Fundación Jaime Boffil, Barcelona, 1981, p. 95.

⁴⁴ José Pérez Vilarinho, «Análisis sociológico», in José Antonio Gaciño et al., *Las primeras elecciones galegas*, Sagitário, Corunha, 1981.

Pelo Decreto-Lei n.º 20/77 resulta que, por exemplo para a província de Soria (essencialmente rural e escassamente povoada), serão necessários apenas 34 639 votos para eleger cada deputado, ao passo que em Madrid serão para tal necessários 136 422 — isto é, por cada 1 em Soria serão necessários 4 em Madrid⁴⁵.

Estão sub-representadas praticamente todas as províncias mais povoadas e urbanizadas (exactamente as mais susceptíveis de votarem à esquerda) e sobre-representadas as mais rurais e menos povoadas, em número de 28 — em 26 das quais a UCD era a força indiscutivelmente maioritária (ver mapa).

Sobre-representação e sub-representação dos vários distritos



Fonte: Jorge de Esteban e Luis López Guerra (eds.), *Las elecciones legislativas de 1979*.

⁴⁵ Miguel Satrustegui, «El marco jurídico: la legislación electoral», in Jorge de Esteban e Luis López Guerra (eds.), *Las elecciones legislativas del 1 de Marzo de 1979*, CIS, Madrid, 1979.

Só que em 1982, com o forte e, em grande parte, repentino e inesperado avanço eleitoral do PSOE por todo o país, em Soria, por exemplo, a situação ironicamente inverteu-se, passando este partido a eleger deputados (de zonas rurais) com um insignificante número de votos.

Já desde 1979, e ao contrário da UCD e do PCE, «os votos do PSOE não se [encontravam] concentrados preferencialmente em certas regiões, mas sim [...] homogeneamente distribuídos, segundo a distribuição da população»⁴⁶, sendo a correlação entre o aumento dos seus votos e as áreas rurais de baixa densidade populacional de 0,5 — facto aliás notável.

Queria, por fim, apenas realçar que o facto de esta clivagem se encontrar hoje já tão esbatida se deve essencialmente às alterações estruturais e demográficas que ocorreram em Espanha nas últimas décadas. Assim, se em 1920 a agricultura ocupava 57 % da população activa e 46 % em 1930, já em 1977 essa percentagem seria apenas de 20 %. Relativamente a esta última cifra, é possível que a redução da população activa agrária «real» seja ainda mais radical — 11,3 % — se tivermos em conta certas correcções às estatísticas oficiais introduzidas por Mario Gaviria e comentadas favoravelmente por J. Felix Tezanos⁴⁷ (ver quadro n.º 11).

Uma percentagem desta ordem de modo algum possibilita a estruturação de uma clivagem, salvo se se tratar de um partido agrário «à escandinava», o que claramente não é o caso em Navarra, na Galiza e muito menos em certas zonas da Andaluzia.

Avaliação da população activa agrária real em Janeiro de 1977

[QUADRO N.º 11]

Trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria com menos de 25 000 pesetas de rendimento	1 367 000
Empresários grandes e médios (com mais de 25 000 pesetas de rendimento) dedicados activa e realmente à agricultura	200 000
Total da população activa agrária	1 567 000
População activa nacional em Janeiro de 1985	13 800 000
Percentagem da população activa agrária real sobre o total da população activa	11,3%

Fonte: J. Felix Tezanos, *Aproximación al estudio de las classes sociales en el campo español*.

3. RELIGIÃO — DA ANULAÇÃO DA DEMOCRACIA-CRISTÃ AO CENTRISMO DE TRANSIÇÃO

Verifica-se durante o processo de transição um grande enfraquecimento da clivagem Estado/Igreja (e subclivagens dela resultantes: confessional/laico, clerical/anticlerical), grande enfraquecimento, se não mesmo aparente desaparecimento.

⁴⁶ Luis López Guerra, «La evolución del electorado (1977-79), in Jorge de Esteban e Luis López Guerra (eds.), *Las elecciones legislativas del 1 de Marzo de 1979*, cit., p. 511.

⁴⁷ Mario Gaviria, «La población activa agraria real en España», in *Agricultura y Sociedad*, n.º 1, Dezembro de 1976, p. 158, e J. Felix Tezanos, «Aproximación al estudio de las classes sociales en el campo español», in *Sistema*, n.º 19, Julho de 1977.

Tal sucede pelo facto de não terem então ressurgido partidos predominantemente anticlericais — como o eram a maioria dos partidos republicanos da II República (Partido Radical de Leroux, Partido Radical Socialista, o partido de Azaña, etc.) —, mas também pelo total insucesso da democracia-cristã. Refiro-me ao seu insucesso em se estruturar como partido ao nível nacional e, eleitoralmente, se impor como partido de massas. Já como ideologia latente, a democracia-cristã conseguiu, porém, uma considerável influência.

Quanto ao não reaparecimento de partidos anticlericais, quase que diria com Juan Linz que «o desaparecimento em 1977 do republicanismo burguês de esquerda [foi] a mais espantosa descontinuidade»⁴⁸ do actual sistema de partidos. A esquerda burguesa, especialmente a catalã, terá agora sobretudo atribuído os seus votos ao PSOE, não sendo impossível que a UCD tenha igualmente herdado alguns deles.

Quanto ao insucesso da democracia-cristã tentarei desenvolver um pouco mais o processo que levou à espantosa ausência de um partido democrata-cristão e, por fim, analisarei a (aparente) neutralização desta clivagem em Espanha, potencialmente ainda hoje tão polarizante.

Em Janeiro/Fevereiro de 1977 (ver quadro n.º 12), 16 % da população espanhola declara-se explicitamente democrata-cristã, seguindo-se de perto os socialistas (15 %) e os sociais-democratas (13 %). Nas eleições de Junho desse ano, as primeiras desde a II República, a derrota foi porém total e definitiva (apenas 1,41 %), especialmente perante os esmagadores 34,85 % da UCD, cujo eleitorado corresponderia, *grosso modo* (excepto no País Basco e na Catalunha), precisamente ao de um partido democrata-cristão.

Religiosidade e preferências ideológicas em Janeiro/Fevereiro de 1977 (população activa)

[QUADRO N.º 12]

Preferências ideológicas	Religiosidade							
	Total	Muito bom católico	Carólico praticante	Católico não muito praticante	Católico não praticante	Indiferentes	Ateus	Não respondem
Continuadores do regime franquista	12	30	15	8	5	2	—	2
Falangistas	2	3	3	2	1	—	—	—
Conservadores	4	6	5	2	3	2	—	1
Liberais	4	2	4	5	6	4	6	2
Democratas-cristãos...	16	17	21	17	11	4	1	24
Sociais-democratas...	13	4	10	16	21	17	7	15
Socialistas	15	6	6	14	28	34	30	9
Comunistas	2	—	—	—	3	12	27	1
Revolucionários (trotskistas, maoistas, anarquistas, etc.) ...	1	—	—	—	1	6	21	5
Nenhum	10	12	12	11	8	7	2	9
Não sabe, não responde	20	18	24	23	14	12	6	33
(N)	(8837)	(933)	(3167)	(2411)	(1243)	(777)	(194)	(66)

Fonte: Juan Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

⁴⁸ Juan J. Linz, «The New Spanish Party System», in Richard Rose (ed.), *Electoral Participation — a Comparative Analysis*, Sage, Beverly Hills, 1980.

Ecologicamente, o eleitorado da UCD tem uma alta correlação com a CEDA, mas já ao nível de *élites* e da organização nada tem a ver com ela. A UCD surgia assim como uma alternativa funcional (e actualizada) da democracia-cristã⁴⁹.

É de realçar aqui a diferença entre o caso alemão (Zentrum — CDU/CSU) e italiano (Partito Popolar e DC), por um lado, e o espanhol, por outro.

Juan Linz, que em tempos prognosticara o surgimento de um forte partido democrata-cristão «à italiana», tenta agora explicar⁵⁰ essa derrota esmagadora pela erosão da imagem democrata-cristã noutros países, pela influência do Vaticano II, pelo desejo da maioria dos católicos espanhóis de não misturarem política com religião e, ainda, com a existência de fortes divisões internas. O quadro n.º 13 é, nesse sentido, elucidativo.

Nomeadamente, influíram ainda a profunda crise interna da Acção Católica nos últimos anos do regime, crise essa que privava tal hipotético partido dos necessários quadros, sobretudo jovens, e a ausência de uma tradição sindical cristã, indispensável a uma estratégia de paz social e à obtenção de uma significativa base de apoio operário e popular, em especial nas grandes cidades.

**Parece-lhe bem e aprova a intervenção da Igreja, em Espanha,
no âmbito da acção política?**

[QUADRO N.º 13]

Sim	17
Não	80
Não respondem	3

Fonte: Jorge Esteban e Luis López Guerra (comp.), *La crisis del Estado Franquista*.

Não se conseguindo articular unitariamente como partido, os democratas-cristãos dispersar-se-ão e em 1977 podemos encontrá-los na AP (predominantemente aqueles da linha Strauss) e na UCD (numerosos e muito influentes), para além dos democratas-cristãos «autónomos», pertencentes aos vários partidos integrantes do Equipo Democristiano del Estado Español (ver quadros n.º 14 e 15).

Quanto ao Equipo Democristiano, refira-se que incluía igualmente algumas organizações especificamente regionais, tais como a Unió Democràtica da Catalunya e o Partido Nacionalista Vasco (PNV), e era liderado por Gil Robles (pai, e mais tarde filho) e Ruiz Gimenez.

Em vez de, «sob a liderança de Ruiz Gimenez [...] se integrarem no Centro Democrático»⁵¹, com vista a reforçarem-se — mesmo à custa de perderem a designação de democratas-cristãos — com os grupos afins já lá existentes, ambos decidem concorrer autonomamente. Com as significativas excepções do PNV e, em parte, dos democratas-cristãos da Catalunha, os membros do Equipo tiveram, porém, um resultado implacável e, repito, surpreendente.

⁴⁹ Juan J. Linz, *op. cit.*, pp. 136-137.

⁵⁰ Juan J. Linz et al., *Informe sociológico sobre el cambio político en España (1975-81) — IV Informe Foessa*, vol. 1, Madrid, 1981, pp. 291-297.

⁵¹ José Jimenez Blanco, «La difícil unidad de los cristianos-democratas (Diário 16, Fev. 1977)», in *De Franco a las elecciones generales*, ed. Tecnos, Madrid, 1978.

Origem dos deputados da UCD no Congresso (1977)

[QUADRO N.º 14]

	Deputados	Porcentagem dos deputados UCD
Democratas-cristãos		
Partido Popular	32 } 49	19,4 } 29,8
Partido Democrata-Cristão	17 }	10,4 }
Liberais		
Federação de Partidos Democratas e Liberais	16 } 22	9,7 } 13,3
Partido Popular Democrático	9 }	3,6 }
Sociais-Democratas		
Partido Social-Democrata	14 } 18	8,5 } 10,9
Federação Social-Democrata	4 }	2,4 }

Fonte: Jorge Esteban e Luis López Guerra (comp.), *Los partidos políticos en la España actual*.

Tentando salvaguardar a unidade e a pureza ideológica do partido, decidem, após um período de hesitação, não cooperar com o que Gil Robles qualificava de «neofranquismo reformado»⁵². Adolfo Suarez tentou até ao fim que Ruiz Gimenez aderisse à UCD, oferecendo-lhe mesmo

Representação das correntes no comité executivo da UCD

[QUADRO N.º 15]

Correntes(a)	Vogais
Popular (b)	10
Presidencialistas (c)	7
Sociais-democratas (c)	5
Democratas-cristãos	5
Liberais	5
Independentes	3
Total	35

(a) Em caso de dupla filiação tem-se em conta a procedência, e não a posição ideológica. As trans-féncias entre correntes não alteraram o equilíbrio entre elas.

(b) Procedendo do Partido Popular, 6 podem-se considerar DC e 4 são sociais-democratas.

(c) Colaboradores próximos de Suarez desde a época franquista (Abril Martorell, Martín Villa).

Fonte: Carlos Huneeus, *Rev. Polit. Comp.*, n.º 3, 1980-81.

o primeiro lugar em Madrid na designação das suas listas para o Congresso⁵³. Não foi certamente a ausência de qualquer referência confessional do partido de Suarez o que o fez recusar, já que, «ao aderir à Izquierda Democrata Cristiana e assumir a sua direcção, Ruiz Gimenez pôs, entre outras condições, a de diminuir o carácter confessional do Partido, passando a chamar-lhe apenas Izquierda Democrata»⁵⁴. Talvez a razão fundamental que então os levou à recusa de colaboração com os «azuís» (isto é, os ex-falangistas) de Suarez tenha sido, a par de legítimos

⁵² Raymond Carr e Juan Pablo Fusi, *España — De la dictadura a la democracia*, ed. Planeta, Barcelona, 1979, pp. 293-294.

⁵³ Javier Figuero, *UCD: La «empresa» que creó Adolfo Suarez*, ed. Grifalbo, Barcelona, 1981, pp. 72-73.

⁵⁴ José Jiménez Blanco, *De Franco a las elecciones generales*, cit., p. 243.

problemas de consciência, uma tentativa de salvaguardarem a democracia-cristã espanhola das atribulações da «legitimidade democrática», caso a Espanha viesse a seguir uma via mais de «ruptura» — à portuguesa —, e não tanto «pactuada». Essencialmente, o que ele não queria era ter de seguir as pisadas do CDS português⁵⁵.

Por outro lado, a Igreja, ao recusar explícita e publicamente apoiar um partido democrata-cristão, aliás já como tal reconhecido internacionalmente, viabilizou, antes de mais, a UCD e, posteriormente, a própria AP.

Inadvertidamente, terá ainda empurrado para o PSOE algumas faixas significativas de católicos progressistas, que, a seu tempo, iriam contribuir em parte para neutralizar o tradicional anticlericalismo deste.

Salvador Giner e E. Sevilla, ao referirem-se às profundas e radicais alterações na história cultural e religiosa da Espanha verificadas desde os anos 60, acentuam o facto de, entre outras coisas, uma tal mudança ter implicado «a substituição do anticlericalismo pela indiferença religiosa». «Problemas colectivos de todo o tipo deixaram de ser esboçados ou sublimados em termos de catolicismo ou anticatolicismo» e o rápido declínio do anarquismo tradicional e a ausência de um significativo partido cristão-democrata igualmente levaram a uma atmosfera de «secularismo não militante». É um facto que a não ligação, em Espanha, da Igreja a um partido «reduziu consideravelmente a polarização política ao nível religioso ou anti-religioso»⁵⁶.

De facto, em Fevereiro e Abril de 1977, em vésperas das primeiras eleições livres, a Conferência Episcopal proclamaria, pública e explicitamente, a sua independência relativamente aos partidos em confronto. Esta clamorosa desautorização de um qualquer partido que eventualmente se assuma ou venha a assumir como confessional foi, sem dúvida, um dado novo e de amplas repercussões.

Apenas na Catalunha, e especialmente no País Basco, a Igreja, ou, melhor, o baixo clero, apoiou activamente os respectivos partidos democratas-cristãos nacionalistas.

Porém, «no seio da Conferência Episcopal nunca foi desprezável a corrente a favor de um partido claramente demo-cristão»⁵⁷ — a nostalgia italiana —, apesar de Taracón ter levado avante a sua opção por um «centro», mesmo à custa de manter dividida partidariamente a democracia-cristã, ou exactamente para isso mesmo, potencializando com essa dispersão todo o remanescente da sua influência. Por ter silenciosamente «apostado» no centro, a Igreja não levou muito a bem a ingratidão da UCD, *maxime* durante a discussão e aprovação (a 26 de Junho de 1981) da Lei do Divórcio — levada a cabo especialmente pela obstinação do social-democrata (da UCD) Fernandez Ordóñez, então ministro da Justiça, e com um total e público apoio dos suaristas puros (ditos presidencialistas), e um já algo relutante apoio dos liberais integrados na UCD. Quanto aos núcleos demo-cristãos da UCD, a sua oposição foi frontal, sendo essa luta liderada por Herrero de Miñón e Oscar Alzaga, os quais veicularam então

⁵⁵ Luis García San Miguel, *Teoría de la Transición (1974-78)*, ed. Nacional, Madrid, 1981, p. 132.

⁵⁶ S. Giner e E. Sevilla, *Spain: From Corporatism to Corporatism*, cit., p. 131.

⁵⁷ Javier Figuero, *UCD — La «empresa» que creó Adolfo Suárez*, cit., p. 249.

as posições oficiais da Igreja. Referira-se, aliás, que este grupo viria dentro em breve a aderir, na sua maioria, ao partido de Fraga Iribarne.

Após o abandono de Suarez e o golpe de 23 de Fevereiro de 1981 verificou-se um reforço «dos sectores mais conservadores do partido do Governo, [exactamente] os mais vinculados à Igreja e partidários de uma aproximação da direita tradicional semifranquista da Coalición Democrática»⁵⁸, isto é, da AP.

A partir daí, e especialmente a partir das eleições autonómicas de 1981 na Galiza e na Andaluzia, a Igreja passou a apoiar claramente Fraga na sua tentativa de reestruturar a «grande direita» espanhola em moldes semelhantes aos vigentes então em Portugal. Para mais, tendo em vista as polémicas questões da legalização do aborto e das subvenções estatais ao ensino privado (na sua esmagadora maioria católico) que se avizinhavam.

Curiosamente, eram exactamente as faixas mais conservadoras aquelas que, juntamente com a Falange (essa com o seu anticlericalismo muito próprio), desde o início mais se opuseram à criação de um partido confessional⁵⁹ e, obviamente, quem mais apoiou a criação de um tal partido foram as forças católicas democráticas de centro-esquerda.

Vejamos agora esta questão na perspectiva das efectivas relações entre catolicismo e opções políticas. O facto de esta clivagem não ter gerado nenhum partido político que explicitamente se situasse no seu eixo não significa, contudo, que ela esteja ausente no sistema político espanhol. Muito pelo contrário, é talvez aquela, a par da clivagem «centro-periferia», a que mais amplamente se correlaciona com as opções ideológicas e mesmo partidárias. Assim, «a religião funciona como o eixo em que se polarizam mais fortemente as opções entre a direita e a esquerda, isto é, por outras palavras, que quem é mais religioso se orienta mais para um extremo da dimensão e quem é menos religioso se orienta mais para o outro»⁶⁰. E com mais intensidade e afectando mais pessoas que a qualquer outro nível.

Veja-se a flagrante disparidade entre as percentagens de católicos praticantes no seio dos principais partidos (ver quadro n.º 16) e, relativamente às eleições gerais de 1977, a distribuição partidária dos católicos praticantes e dos não crentes (ver quadro n.º 17).

Nível de religiosidade dos filiados em cada partido (percentagem)

[QUADRO N.º 16]

Partidos	N	Católicos praticantes	Católicos não praticantes	Outras religiões	Não crentes	Indiferentes	Não respondem
UCD	18	61	33	—	—	—	—
PSOE	81	23	57	—	9	10	2
PCE	86	7	40	1	33	20	—
AP	17	88	6	—	6	—	—

Fonte: Antonio Bar Cendón, *Los factores socio-demográficos de la participación política en España*.

⁵⁸ Ramón García Cotarelo, «Los partidos políticos», in Andrés de Blas (comp.), *Introducción al sistema político español*, ed. Teide, Barcelona, 1983, p. 312.

⁵⁹ Juan J. Linz et. al., *Foessa*, cit., p. 157.

⁶⁰ José Gimenez Blanco et al., *La conciencia regional en España*, CIS, Madrid, 1977.

Mesmo entre o PCE e o PSOE se encontram diferenças significativas — veja-se, por exemplo, na Andaluzia, onde «a proporção de indiferentes ou ateus é, no eleitorado comunista, de um terço, enquanto entre os socialistas é apenas 13 %, sendo os praticantes ou os muito bons católicos 13 % e 26 %, respectivamente»⁶¹.

Preferências de voto por religiosidade nas eleições de 15 de Junho de 1977

[QUADRO N.º 17]

	UCD	PSOE	PCE	AP	Outros
Católicos praticantes	50	26	2	11	11
Católicos não praticantes	26	45	10	3	16
Outras religiões	16	47	5	5	27
Não crentes	5	29	45	2	19
Indiferentes	15	44	28	2	11
Não respondem	23	37	12	7	21

Fonte: Antonio Bar Cendón, *op. cit.*

No que respeita ao PSOE, com o seu forte avanço nas eleições gerais de 1982 — inclusivamente nas áreas rurais e católicas —, chegou-se quase à paridade, no que se refere à religiosidade, no seu eleitorado (ver quadro n.º 18).

O votante socialista de 1982 (percentagem)

[QUADRO N.º 18]

Prática religiosa	Percentagem
Nunca frequentam a missa nem outras cerimónias religiosas	29,0
Frequentam por vezes	46,1
Frequentam a missa sempre ou quase sempre	21,3
Não respondem	2,8

Fonte: «Inquérito pós-eleitoral (1982), realizado pelo Departamento de Estudos Eleitorais da Secretaria de Imagem de PSOE em Dezembro de 1982, incidindo numa amostra representativa de 3813 pessoas com idade para votar», in José Felix Tezanos, *Sociología del socialismo español*.

Tal já não se verifica, de modo algum, no tocante, por exemplo, à religiosidade dos seus delegados congressuais: se se mantém estável, mas a um nível baixíssimo, a percentagem de católicos praticantes, já a percentagem dos católicos não praticantes sofre um razoável aumento (de 17,4 % para 27,3 %), sendo contudo o grupo claramente maioritário aquele que integra indiferentes, agnósticos e ateus (ver quadro n.º 19).

Por seu lado, o PCE desde muito cedo que tenta neutralizar o anticomunismo da Igreja através da inclusão de não comunistas nas listas do partido e de uma estreita colaboração com padres e dirigentes laicos católicos⁶².

⁶¹ Juan J. Linz *et al.*, *Foessa*, cit., p. 433.

⁶² Juan J. Linz, *La frontera sur de Europa*, cit., p. 39.

Na Comissão Constitucional, aquando da introdução de uma menção visando expressamente a igreja católica, menção essa aprovada por 23 votos a favor (UCD, AP, PCE e minorias) e 13 contra (socialistas e grupo misto), Jordi Solé Tura, representante do PCE, fez a seguinte e lapidar

Ideias religiosas dos delegados do PSOE

[QUADRO N.º 19]

	28.º Congresso (percentagem)	Congresso extraordinário (percentagem)	29.º Congresso (percentagem)
Indiferentes, agnósticos	40,9	38,6	45,2
Ateus	27,0	20,3	15,3
Católicos não praticantes	19,6	17,4	27,3
Católicos praticantes	4,1	5,4	3,4
Cristãos não católicos	—	8,6	4,5
Outras ideias religiosas	3,4	1,4	0,8
Não respondem	5,0	1,7	3,6

Fonte: José Felix Tezanos, *op. cit.*

declaração de voto: «O artigo aprovado implica um grande avanço, pois vem superar as velhas diferenças entre clericais e anticlericais. Votámos a favor porque nós, comunistas, sabemos aquilo que a Igreja significa, sociológica e culturalmente, no nosso país. É necessário evitar que a construção da democracia se perca em conflitos religiosos. O voto desta Comissão foi um voto histórico.»⁶³ Não sendo a grande maioria dos militantes do partido crentes ou católicos praticantes, esta posição do representante do PCE não deixa de ser representativa do estado de espírito geral que levou a desdramatizar a questão religiosa e a esvaziá-la o mais possível dos elementos potencialmente explosivos. A este nível, a recordação da Guerra Civil é ainda extremamente viva e actuante, actuante no sentido de tudo legitimar para que se não volte a cair no confronto religioso.

Para terminar, gostaria de realçar que o simples facto de a clivagem religiosa, em Espanha tradicionalmente tão traumática, ter sido retirada do sistema político é já em si uma relativa garantia de uma moderada polarização e de superação de um segmentarismo extremado. É igualmente garantia de um mínimo de racionalidade no confronto político que a introdução em pleno desta clivagem inevitavelmente anularia, tal como no passado, e com custos dramáticos, sempre acontecera.

«Não se ter feito da UCD — receptáculo dos votos da maioria da 'Espanha profunda' — um partido confessional, marginalizando assim o factor religioso do confronto político, foi um passo em frente na modernização cultural do país; foi um dos factos mais transcendentais da história da mudança política, cuja marca sobreviveu, pelo menos por agora, à própria UCD.»⁶⁴

É preciso termos em conta que tal situação não é necessariamente irreversível e que esta clivagem é ainda hoje, como vimos, a base de uma «potencial» ou «dormant polarization», que assim continuará «até os líde-

⁶³ Francisco Soler Fando, *Eurocomunismo y España*, ed. Prometeo, Valencia, 1978, p. 92.

⁶⁴ Federico Ysart, *Quien hizo el cambio*, ed. Argos Vergara, Barcelona, 1984, p. 144.

res partidários [eventualmente] a trazerem à proeminência e visibilidade competitiva»⁶⁵.

Mesmo com o actual alto nível de secularização é necessário não esquecer que esta clivagem, em si, «não desapareceu. Se o que sucede, tal como Sani e Sartoni afirmam, é que a polarização que de facto conta é aquela (e só aquela) que entra no espaço da competição partidária, a verdade é que a todo o momento esta clivagem poderá nessa área ser reintroduzida. Contudo, o tempo vai passando e as hipóteses de tal ocorrer são felizmente cada vez mais improváveis.

4. NACIONALISMO — UM ELEMENTO PERTURBADOR DE COERÊNCIA DO SISTEMA

O conflito entre o centro e a periferia resultante da revolução nacional e do processo de formação nacional (*nation-building process*) é, não raras vezes, um conflito insanável e sangrento.

Ligada a esta questão está a da «identidade nacional», não sendo igualmente raro partes significativas desses estados recusarem, pura e simplesmente, uma uniformidade imposta pelo centro ou, pelo menos, repartirem a sua fidelidade entre a região-nacionalidade e o Estado no seu todo. Normalmente, na base desses «particularismos» estão, cumulativa ou alternativamente, especificidades étnicas, linguísticas, religiosas e culturais que, muito facilmente, transformam esses «particularismos» em verdadeiros nacionalismos. A estes factores normalmente se associa a questão económica — ou por a região ser demasiado atrasada («colonialismo interno») ou demasiado avançada —, questão esta que normalmente serve mais de estímulo que de motivo original. Não raramente, «estes tipos de tensões entrecruzam-se mutuamente e [então] temos de contar com, [por exemplo, tipos diversos de] províncias muito religiosas: umas industrializadas e regionalistas (como Alava); outras agrícolas regionalistas (Lugo, Orense); outras ainda industrializadas centralistas (Madrid), etc.»⁶⁶. Por vezes, numa mesma região coexistem províncias agrícolas com outras altamente industrializadas — vide País Basco e Catalunha —, o que torna mutável a natureza dos «nacionalismos» que estas complexas regiões geram. Refira-se, aliás, que em Espanha é tradicionalmente a periferia pirenaica que lidera o movimento autonómico ou independentista.

Do quadro n.º 20, cujos resultados se referem às vésperas das eleições de 1977, pode-se concluir que as regiões mais refractárias ao centralismo são, por ordem decrescente, País Basco-Navarra, Catalunha e Canárias e aquelas, pelo contrário, mais seduzidas por ele, Castela-a-Nova, Múrcia e Estremadura. O dado curioso é que Madrid se encontra exactamente na posição intermédia, como resultado, eventualmente, do seu progressismo político. Podemos ainda verificar neste quadro que, no que respeita às

⁶⁵ Giacomo Sani e Giovanni Sartori, «Polarization, Fragmentation and Competition in Western Democracies», in Hans Daalder e Peter Mair (eds.), *Western European Party Systems — Continuity and Change*, Sage, Beverly Hills, 1983.

⁶⁶ Luis López Guerra, «Las perspectivas actuales: algunas notas sobre el caso español», in Jorge de Esteban et al., *El Proceso Electoral*, ed. Labor, Barcelona, 1978.

Distribuição regional das reacções em relação ao poder central

[QUADRO N.º 20]

	Centralismo	Autonomismo	Federalismo	Independen- dentismo
País Basco-Navarra	16	47	16	13
Catalunha	23	51	17	5
Canárias	31	56	4	3
Valencia	34	48	10	2
Galiza	34	40	7	3
Astúrias	39	48	7	1
Madrid	41	42	8	2
Aragão	46	40	4	1
Andaluzia	55	37	3	—
Castela-a-Velha e Leão	56	33	4	1
Castela-a-Nova	57	29	3	—
Múrcia	71	22	4	1
Extremadura	85	13	1	—
Total (média nacional)	41	41	8	3

Fonte: Juan Linz et al., *IV Informe Foessa*, vol. 1.

aspirações independentistas, o País Basco se encontra claramente isolado pela intensidade das suas aspirações, vindo em seguida, mas a grande distância, a Catalunha, as Canárias e a Galiza.

Se a existência de grupos nacionalistas de «esquerda» não é, na Catalunha, uma novidade, já no País Basco ela é sem dúvida um dado inédito e marcante. A divisão nas fileiras nacionalistas originada pela introdução da clivagem «classe»⁶⁷ ocorreria, mais tarde ou mais cedo, em quase todas as regiões de tradição nacionalista. Assim, na Catalunha, após um primeiro período de unidade, a Esquerda, partido das classes médias e populares (e que não raras vezes recebia os «ocasionais» votos do operariado da CNT abstencionista), cinde-se da Lliga, o partido da burguesia industrial. A Lliga hoje praticamente desapareceu e o seu eleitorado encontra-se essencialmente representado na Convergencia Democrática da Catalunha⁶⁸. Por seu lado, a Esquerda ressurgiu, chamando-se agora Esquerda Republicana de Catalunya — ERC, incomparavelmente mais fraca que durante os tempos áureos da II República, e nas eleições de 1982 seria completamente derrotada. A Esquerda é um partido laico, republicano, nacionalista moderado e representa a pequena burguesia nacionalista e progressista, muito difusa na Catalunha.

É ainda de referir que quer o Partit dels Socialistes de Catalunya — PSC/PSOE, quer, especialmente, o Partit Socialista Unificat de Catalunya-PSUC (PCE), incluem no seu seio amplos sectores nacionalistas. A catalunização dos partidos de esquerda levou a que, por exemplo, partidos especificamente nacionalistas como o Partit Socialista d'Alliberament Nacional — PSAN (semelhante à EE basca) não tivessem a mínima audiência, e exactamente o mesmo se diga do Bloc d'Esquerreres d'Alliberament Nacional — BEAN.

⁶⁷ Isidre Molas, *El sistema de partidos políticos en Cataluña (1931-36)*, ed. Peninsular, Barcelona, 1974.

⁶⁸ Rafael Wirth, *Jordi Pujol*, Grijalbo, Barcelona, 1981.

No País Basco foram-se dando sucessivas cisões de grupos esquerdistas *abertzales* (patriotas) a partir do núcleo originário, o Partido Nacionalista Vasco — PNV, durante tanto tempo indiviso e maioritário⁶⁹. Destes têm hoje representação parlamentar a Euskadiko Ezquerria — EE e a coligação Herri Batasuna — HB.

Talvez o elemento que mais distingue o PNV da EE seja a questão da religiosidade dos seus votantes, e não tanto a língua, classe ou áreas de implantação. O PNV teria entre os seus apoiantes apenas 16 % de ateus e indiferentes e a EE 47 %; já os bons católicos seriam 46 % no PNV e apenas 10 % na EE.

Note-se, porém, que, «enquanto nas outras regiões, sobretudo na Catalunha, os grupos nacionalistas radicais ficaram relegados para uma posição marginal no espectro político e parlamentar, no País Basco, pelo contrário, estas posições foram sucessivamente melhorando a sua situação relativa, conquistando em cada eleição uma maior percentagem do voto total», isto é, «de 5,96 % em 1977, a posição *abertzale* de esquerda [...] passou a [...] um quarto dos votos totais»⁷⁰.

Refira-se que o fenómeno nacionalista gera normalmente situações de solidariedade activa — inclusive ao nível de iniciativas comuns e de manifestações de rua — entre sectores cuja polarização, em condições normais, seria por completo intransponível. Assim, no País Basco, por exemplo, são francamente dúbias e complexas as relações existentes entre, por um lado, o PNV e, por outro, a EE e a HB. Mesmo relativamente à própria ETA se encontra, em certos sectores do PNV, um apoio explícito — 6 %; *versus* 10 % na EE e, muito significativamente, 44 % na HB⁷¹.

Por outro lado, surgem partidos que, se, numa perspectiva meramente ideológica, se posicionam ao centro, já numa perspectiva nacionalista se colocam bem mais à esquerda (PNV). Outros, ideologicamente de esquerda, se colocados numa escala nacionalista, surgem próximos do centro (PCE e PSOE). Repare-se que, enquanto as posições colaterais se mantêm, as centrais já se alteram sensivelmente.

Na Galiza, a divisão ocorreu durante a II República, aquando e por causa da Frente Popular. Aqui foi a Dereita Galeguista que levou a cabo a cisão do Partido Galeguista — PG, então apoiante da Frente Popular. Hoje, o PG encontra-se ligado a dois outros grupos de tendência socialista e nacionalista moderada na coligação Unidad Galega — UG e à sua esquerda surgiu recentemente uma outra coligação, o Bloque Nacional Popular Galego — BNPG, de implantação rural, marxista-leninista e relativamente extremista do ponto de vista nacionalista. O Partido Galeguista, moderado e interclassista, representaria na Galiza a opção PNV ou CIU, enquanto o Bloque está mais próximo da HB, também ela nacionalista radical e marxista-leninista, porém muito menos rural. A fraqueza congénita do PG é normalmente considerada como directo resultado da debili-

⁶⁹ Mario Onaindia, *La lucha de clases en Euskadi (1939-1980)*, Hordago Publicaciones, Donostia, 1979.

⁷⁰ Jorge de Esteban e Luis López Guerra, *Los partidos políticos en la España actual*, Planeta, Barcelona, 1982, p. 183.

⁷¹ Francisco J. Llera Ramo, «La estructura electoral y el sistema de partidos en las comunidades autónomas del País Vasco y foral de Navarra después de las elecciones generales de 1982», cit., p. 198.

dade da burguesia galega (debilidade e dependência, note-se) e do seu carácter essencialmente urbano e liberal, minoritário, portanto, numa região como a Galiza, essencialmente rural e católica⁷².

Na Andaluzia surge o Partido Socialista Andaluz — PSA, ex-aliado do PSP antes da integração deste último no PSOE e, aquando das eleições de 1979, inflacionado por um apoio da UCD a fim de debilitar o então primeiro partido da oposição — o PSOE —, consegue surpreendentes resultados (11/9 %), na realidade à custa quase exclusivamente dos votos do PSOE.

A certa altura, o PSA apresenta candidaturas na Catalunha — aliás com alguns resultados — afim de disputar o voto da população imigrante andaluza, a qual normalmente vota PSC/PSOE ou PSUC (PCE). Nas eleições de 1982, o PSA praticamente desaparece, para voltar, porém, a resurgir nas municipais seguintes.

Em termos nacionalistas, é este um partido bastante moderado, se bem que de esquerda. Diga-se que o PSA, em Espanha, é algo de original.

Em todas as regiões, mas especialmente na Catalunha, dá-se um fenómeno curioso que se traduz pela não coincidência entre o posicionamento ideológico e político dos seus partidos se analisados ao nível regional ou nacional.

Vemos assim que, durante a II Republica, a Liga se situa à direita, mas ao nível nacional já se posiciona praticamente ao centro. Hoje passa-se ainda algo de semelhante com a Convergencia Democratica de Catalunya, e isto simplesmente porque o sistema político é na Catalunha muito mais aberto, liberal e moderno que no resto da Espanha⁷³.

Obviamente, a multiplicidade de sistemas que a existência de fortes partidos nacionalistas (como no País Basco e Catalunha) ou apenas específicos equilíbrios de forças (na Galiza e Andaluzia) introduzem não deixa de produzir «assimetrias entre as comunidades autónomas e entre estas e o quadro partidário estatal»⁷⁴.

O quadro n.º 21 permite ver a diferença de percentagens entre as eleições de 1979 e as autonómicas.

Se entre as eleições de 1977 e de 1979 foram os partidos nacionalistas extremistas e o PSA (na Andaluzia) aqueles que subiram, baixando as suas percentagens os partidos moderados (PNV e CIU), já entre estas últimas eleições e as autonómicas o que sucedeu foi diferente: ganham agora os partidos nacionalistas moderados, perdem os estatais e sobem levemente os partidos nacionalistas extremistas.

Porém, na Galiza, o PSOE não perde, antes pelo contrário, mas dá-se uma maciça passagem de votos da UCD para a AP, o que leva Lopez Pin-

⁷² José Antonio Gacío *et al.*, *Las primeras elecciones galegas*, Sagitario, Coruña, 1981.

⁷³ Santiago Varela, *El problema regional en II Republica Española*, Unión Editorial, Madrid, 1976. Relativamente à situação política actual na Catalunha veja-se: J. Botella, J. Capó e J. Marcet, «Aproximación a la sociología de los partidos políticos catalanes», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 10, Julho/Agosto de 1979, e José María Vallés, «Notes sobre el comportament electoral a la Catalunya del post-franquisme», in *Quaderni dell' osservatorio elettorale*, Florença, n.º 6, Junho de 1980.

⁷⁴ J. María Vallés, «Los partidos políticos ante la Reforma del Estado: notas sobre al caso español», in J. J. Gonzalez Encinar *et al.*, *Autonomía y partidos políticos*, Tecnos, Madrid, 1984, p. 138.

tor a comentar que «as eleições galegas de 1981 trazem uma nova luz a esta questão. Produz-se uma grande fuga de votos da UCD para um outro partido, desta vez nacional, porém muito chegado à região pela identidade da sua liderança — AP»⁷⁵. Foi, de facto, uma estrondosa vitória pessoal de Manuel Fraga Iribarne, um galego bem enraizado.

Saldo eleitoral por partidos entre as eleições gerais de 1977 e as eleições regionais de 1980 e 1982 no País Basco, Catalunha, Galiza e Andaluzia

[QUADRO N.º 21]

	Diferença em números absolutos	Diferença percentual
<i>País Basco (1980)</i>		
PCE	- 19 716	- 0,7
PSOE	- 61 334	- 5,0
UCD	- 91 002	- 8,5
AP-CD	+ 9 132	+ 1,3
PNV	+ 73 258	+ 9,9
EE	+ 9 618	+ 1,6
HB	+ 233	+ 1,3
Outros	- 48 070	- 0,7
<i>Catalunha (1980)</i>		
PSUC-PCE	- 4 077	- 1,6
PSC-PSOE	-268 435	- 7,0
CC-UCD	-284 065	- 8,5
SC-AP	- 43 642	- 1,3
CIU	+270 634	+11,6
ER	+118 797	+ 4,8
PSA (a)	72 101	2,6
Outros	- 43 962	- 0,7
<i>Galiza (1981)</i>		
UCD	-240 334	-20,1
AP	+154 121	+16,4
PSOE	+ 10 480	+ 2,1
PCE	- 14 602	- 1,2
BNPG	- 24 197	0,4
Outros	+ 22 923	+ 2,8
<i>Andaluzia (1982)</i>		
UCD	-567 370	-20,1
PSOE	+503 932	+19,0
AP	+357 354	+13,0
PCE	-152 692	- 4,0
PSA	-137 517	- 4,0
Outros	-162 448	- 6,0

(a) O PSA (Partido Socialista da Andaluzia) não se apresentou nas eleições da Catalunha de 1989.

Fonte: A. Muñoz Alonso, *Las elecciones del cambio*.

Refira-se, contudo, que o voto puramente galeguista recuou, nada ganhando com a derrocada da UCD. Dir-se-ia que, nestas eleições, a AP foi na Galiza como que o «equivalente funcional» de um partido regiona-

⁷⁵ Rafael López Pintor, «Actitudes políticas y comportamiento electoral en España», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 34, Julho/Agosto de 1983, p. 39.

lista moderado (tipo PNV), o qual, aliás, existe — Partido Galeguista/PG, mas é insignificante e sem qualquer implantação popular.

Pouco tempo depois repete-se quase o mesmo nas eleições autonómicas da Andaluzia, só que agora quem divide as gigantescas perdas da UCD é o PSOE (+ 19 %) e a AP (+ 13 %). Essa tendência ainda mais se reforça nas eleições gerais de 1982, nas quais os partidos nacionalistas aumentam os seus votos no País Basco e, na Catalunha, a soma dos seus votos baixa essencialmente por causa da derrocada da ERC (menos 104 177 votos). Por seu lado, o PSA quase desaparece na Andaluzia.

Note-se que, nestas eleições, no País Basco (ver quadro n.º 22), os partidos nacionalistas, «nas suas três variantes (PNV, EE e HB), superam já comodamente a barreira dos 50 %, o que sublinha a peculiaridade da vida política desta comunidade autónoma, cujos parâmetros têm muito pouco em comum com a problemática global do resto da Espanha»⁷⁶

**Participação dos partidos nacionalistas no eleitorado
nas eleições gerais de 28 de Outubro de 1982**

[QUADRO N.º 22]

	Percentagem no País Basco	Percentagem em Espanha	Saldo relativamente a 1979-80 em termos absolutos de votos	
			Eleições gerais de 1979	Eleições autonómicas de 1980
PNV	31,08	1,84	+ 102 208	+ 29 030
HB	14,41	0,98	+ 23 928	+ 23 695
EE	7,53	0,46	+ 11 841	+ 1 863
Total ...	53,02	3,28	+ 137 977	+ 54 588
	Percentagem na Catalunha	Percentagem em Espanha		
CIU	22,17	3,60	+ 288 574	+ 17 940
ERC	3,96	0,64	+ 14 620	- 104 177
Outros	0,87	0,14		
Total ...	27,00	4,38	+ 303 194	- 86 237

Fonte: A. Muñoz Alonso, *op. cit.*

Em Maio de 1983 realizaram-se as segundas eleições municipais (as primeiras tinham ocorrido em 1979) e o que se pode verificar é que, na Catalunha, a CIU baixa, juntamente com todos os grandes partidos (ver quadro n.º 23). A ERC, segundo partido nacionalista, continua a perder votos (agora 53 290) e coloca-se a um nível já quase insignificante. Por outro lado, o PSUC, à semelhança do PCE no resto da Espanha, recupera parte dos seus votos, conseguindo passar de 4,85 % (nas eleições de 1982) para 11,43 % — uma subida considerável, mas que soa hoje a um mero canto do cisne.

Já no País Basco (quadro n.º 14), todos os partidos retrocedem, excepto o PNV, que ganha 11 623 votos. Todos os restantes perdem, inclusive

⁷⁶ Alejandro Muñoz Alonso, «El sistema de partidos y las elecciones de 28 de Octubre», in Alejandro Muñoz Alonso *et al.*, *Las elecciones del cambio*, ed. Argos Vergaras, Barcelona, 1984, p. 48-49.

Perdas e ganhos de votos, em valores absolutos e relativos, na Catalunha em 8 de Maio de 1983 (municipais), em comparação com os resultados de 28 de Outubro de 1982 (gerais)

[QUADRO N.º 23]

Partidos	Votos em 28 de Outubro de 1982	Votos em 8 de Maio de 1983	Saldo	Diferença em percentagem
PSC-PSOE	1 575 601	1 174 864	-400 737	-4,85
CIU	772 728	740 807	- 31 921	+ 3,28
AP-PDP	504 075	276 686	-227 389	-4,96
PSUC	158 553	332 850	+ 174 297	+ 6,88
ERC	138 116	84 826	- 53 290	-1,05
CDS	68 395	19 428	- 48 967	-1,3
PCC	47 249	67 214	+ 19 965	+ 0,95

Fonte: A. Muñoz Alonso, *op. cit.*

a HB, que perde aproximadamente 40 000 votos, e sobretudo o PSOE, com menos 91 000 votos. O PSOE, tal como no resto de Espanha, perde bastante relativamente às últimas eleições gerais, de 1982, mas ganha um considerável número de votos em relação às últimas municipais.

Perdas e ganhos de votos, em valores absolutos e relativos, no País Basco em 8 de Maio de 1983 (municipais), em comparação com o 28 de Outubro de 1982 (gerais) e 1 de Abril de 1979 (municipais)

[QUADRO N.º 24]

Partidos	Votos em 28 de Outubro de 1982	Votos em 8 de Maio de 1983	Saldo	Diferença em percentagem	Diferença em percentagem com 1 de Abril de 1979
PNV	379 293	390 916	+ 11 623	+7,98	+ 1,55
PSE-PSOE ...	348 320	257 342	-90 978	-2,84	+ 10,69
HB	175 857	136 273	-39 584	-0,81	- 1,87
EE	91 927	61 517	-30 410	-1,39	+ 1,31
AP-PDP-UL .	139 148	77 751	-61 397	-3,64	—
CDS	21 786	4 720	-17 066	-1,31	—
EPK-PCE	20 959	20 923	- 36	+0,38	- 2,58

Fonte: A. Muñoz Alonso, *op. cit.*

O PNV obtém a maioria em 158 *ayuntamientos*, o que mostra bem a sua real implantação, pois o PSOE apenas consegue a maioria em 16, a HB em 12, a EE em 2 e, por fim, a AP em apenas 1.

Mesmo com todo o seu peso eleitoral, o PNV enquadra-se, a par com todos restantes partidos nacionalistas, no que Isidre Molas chama «partidos de pressão», categoria que ele caracteriza pelo facto de assumirem «a solidariedade nacionalista como básica e [se configurarem], ao nível estatal, objectivamente como destinados a pressionar mais do que a governar»⁷⁷. E isto não obstante tanto o PNV como o CIU terem funções de governo ao nível das respectivas comunidades autónomas.

⁷⁷ Isidre Molas, «Los partidos de ambito no-estatal y los sistemas de partidos», in Pedro de Vega (comp.), *Teoría y práctica de los partidos políticos*, Cuadernos para el Diálogo, Madrid, 1977, p. 189.

O importante processo migratório verificado nas últimas décadas em Espanha entre regiões etnicamente diversificadas introduziu um factor novo nesta problemática, tendo em vista o quase total desfasamento entre as opções políticas das populações autóctones e as dos imigrantes. O processo intensivo de industrialização do País Basco e da Catalunha levou a que milhares de trabalhadores de outras regiões para lá se dirigissem, sendo esta população imigrante, apenas na Catalunha, nada mais nada menos que 38 % da população total. No País Basco, a campanha eleitoral de 1979 foi quase totalmente monopolizada pela temática regionalista, o que levou grande parte dos operários não bascos — os quais tradicionalmente votam PSOE e, em muito menor número, PCE — simplesmente a absterem-se.

Daqui resultou uma descida do PSOE de 25 % para 19 %. Já nas eleições de 1982 se verificou uma tendência inversa, pois durante a campanha acentuaram-se as questões político-ideológicas de âmbito nacional.

É de supor que o voto imigrante tenha um fundamental papel «atenuador» do potencial segmentarismo extremo lá existente. Sobretudo no País Basco, esse voto «cruza» a subcultura aí hegemónica. Aliás, isto já assim teria sido analisado pelas autoridades franquistas, que muito incentivaram a imigração para o País Basco e a Catalunha de trabalhadores de língua castelhana⁷⁸. Desta situação surge naturalmente um complexo cenário no que respeita à identidade nacional e regional dos seus habitantes (ver quadro n.º 25).

Como dados mais marcantes destas duas comunidades, vemos na Catalunha 11,8 % da população autóctone considerar-se espanhola, *versus* 2,3 % no caso basco; 29,9 % na Catalunha que se consideram tantos espanhóis como catalães *versus* apenas 15,2 % que se consideram tanto espanhóis como bascos. E aqueles que se consideram apenas catalães (14,1 %) são consideravelmente menos que os que se consideram exclusivamente bascos (36,1 %).

Se somarmos a percentagem daqueles que se consideram bascos com a dos que se consideram mais bascos que espanhóis, facilmente se compreende a força e a implantação dos partidos nacionalistas no País Basco. Estranhamente, já no que respeita aos nascidos noutras regiões, a percentagem dos que se consideram bascos é superior à dos que se consideram catalães. E é estranho precisamente porque a integração local da população imigrante na Catalunha atinge um nível muito superior ao da que se verifica no País Basco, entre outras razões, pela facilidade de aprendizagem da língua e ainda pelo facto de o catalanismo se definir mais em termos de cultura e fixação que propriamente em termos étnicos.

O PSOE, no País Basco, consegue os seus votos preferencialmente nas zonas industriais (por exemplo, em Eibar e ao longo da margem esquerda do rio Nervión, em Bilbao) e nos bairros periféricos operários (San Sebastian, Bilbao, Vitória e Pamplona), qualquer delas precisamente zonas de grande concentração imigrante.

Verifica-se que, em Navarra, «à semelhança do País Basco, tanto a esquerda como o nacionalismo incrementam os seus efectivos em zonas

⁷⁸ Guy Hermet, *Espagne: changement de la société, modernization autoritaire et démocratie octroyée*, ECPR, Berlim, Abril de 1977.

Distribuição da população da Catalunha e de Euskadi por naturalidade e nacionalidade

[QUADRO N.º 25]

	Catalunha		Total
	Nascidos na Catalunha	Nascidos noutras regiões	
Espanhol	11,8	19,2	31,0
Mais espanhol do que catalão	2,9	3,6	6,5
Tanto espanhol como catalão	29,9	5,8	35,7
Mais catalão do que espanhol	11,1	0,7	11,8
Catalão	14,1	0,7	14,8
Total	69,8	30,0	(1121)(a)
	Euskadi		Total
	Nascidos em Euskadi e Navarra	Nascidos noutras regiões	
Espanhol	2,3	12,2	14,5
Mais espanhol do que basco	1,5	4,3	5,8
Tanto espanhol como basco	15,2	12,2	27,4
Mais basco do que espanhol	9,5	3,1	21,7
Basco	36,1	3,6	39,7
Total	64,6	35,4	(973)(b)

(a) 9% (111 casos em 1232) não se classificaram.

(b) 3,9% (38 casos em 1011) não se classificaram.

Nota — Os dados da Catalunha são de inquérito realizado para Richard Gunther, Giacomo Sani e Goldie Shabad, por DATA, no Verão de 1979.

Fonte: Juan J. Linz *et al.*, *IV Informe Foessa*, vol. 1.

distintas [...], o nacionalismo diminui de norte para sul e de oeste para este, quase o contrário do que sucede com o PSOE»⁷⁹.

Por outro lado, é sem dúvida estranha a correlação negativa existente entre as variáveis «língua» e «nacionalismo radical» (ver quadro n.º 26).

Sendo a Galiza a região onde a língua regional se encontra mais difundida — e as relativamente baixas percentagens referentes a quem «lê» e

População bilingue nas regiões de língua própria

[QUADRO N.º 26]

Regiões	População total: 1977	Percentagem de bilinguismo	População bilingue
Galiza	2 714 332	94,2	2 566 901
Catalunha	5 873 580	77,8	4 569 645
Baleares	620 400	80,9	501 904
Valencia	3 517 090	71,3	2 507 685
País Basco	2 132 710	31,3	667 538
Total	—	—	10 803 673

Fonte: E. López-Aranguren, *La conciencia regional en el proceso autonómico español*.

⁷⁹ Francisco J. Llera Ramo, *op. cit.*, p. 179.

«escreve» o galego devem-se exclusivamente à ruralidade e extrema oralidade da sua tradição linguística —, é exactamente a menos nacionalista das regiões «históricas». O País Basco, a região de mais baixo nível de difusão de uma língua própria (apenas 31,3 %), é onde emergem fortíssimos grupos nacionalistas extremistas e onde o nacionalismo, na sua forma moderada, é hegemónico e maioritário.

E note-se que, no País Basco, a distribuição da difusão da língua basca não é homogênea — concentra-se especialmente na província de Guipuzcoa e na de Vizcaya atinge mais ou menos os 50 % da sua população. Já em Alava e Navarra — províncias de maciça imigração —, é muito mais reduzida a sua difusão.

S. Giner e E. Sevilla realçam, neste processo, o fundamental papel que tiveram não só as já referidas «migrações entre regiões etnicamente distintas», como ainda a «desregionalização das classes superiores», o «crescimento de uma eficiente rede de transportes» e a ruptura de uma outrora existente «alta correlação entre as áreas étnicas e as estruturas económicas tradicionais», como resultado da internacionalização do sistema económico⁸⁰.

Se bem que algo controlada desde 1982, é esta uma clivagem ainda fortemente activa e condicionante das opções político-partidárias e, se bem que, como eixo estruturante do leque partidário, tenda a atenuar os seus efeitos, é possível, contudo, que venha a introduzir no seio dos grandes partidos de âmbito nacional diferenciações acrescidas às já existentes. Por outro lado, através do terrorismo de cariz nacional-independentista, esta clivagem continuará a desestabilizar o normal funcionamento das instituições democráticas — tratando-se, portanto, de uma mina à deriva.

5. CLASSE — O DESPONTAR DOS CATCH-ALL-PARTIES

A ligação entre classes sociais e opções políticas nem sempre é muito linear e ainda hoje se verifica em Espanha uma grande carência de estudos a este nível — respeitantes quer à filiação partidária, quer às opções eleitorais. Apenas relativamente ao PSOE existem alguns e bons trabalhos, mas é tudo, ou quase.

Correlações significativas, praticamente apenas em relação à classe operária se verificam e, desde logo, o dado mais marcante que se deve realçar é o das profundas divisões em termos ideológicos e partidários que caracterizam essa mesma classe operária.

Por outro lado, quer na Catalunha, quer, principalmente, no País Basco, emergem hoje profundas rupturas entre trabalhadores imigrantes (PSOE e PCE) e autóctones, dividindo-se estes, no País Basco, em católicos (PNV) e não católicos (EE), surgindo mesmo sindicatos afectos a cada uma das diversas tendências nacionalistas.

Começamos por analisar as ligações existentes entre a filiação sindical e as opções partidárias.

Das eleições sindicais de 1978 surgira uma clara maioria da central ligada preferencialmente ao PCE, as Comisiones Obreras (CCOO),

obtendo estas sensivelmente mais 50 % de preferências que a central sindical ligada ao PSOE, a UGT (ver quadro n.º 27).

Filiação e voto sindical por centrais

[QUADRO N.º 27]

	Operários (a)			Representantes sindicais (b)	
	Filiados	Simpatizantes	Total	Total	Excluindo aqueles de que não consta filiação
CCOO	31,1	8,6	39,7	34,5	42,2
CSUT	2,4	0,4	2,8	2,9	3,5
SU	1,6	0,2	1,8	1,6	2,0
UGT	14,6	6,5	21,1	21,6	26,5
USO	2,7	0,5	3,2	3,7	4,6
Total	52,4	16,2	68,6	64,3	78,8
CNT	1,5	1,5	3,0	0,2	0,2
ELA-STV	0,9	0,6	1,5	1,0	1,2
Outros	2,1	0,9	3,0	3,6	4,4
Nenhuma (independentes e não filiados)	—	—	21,8	31,5	15,0
Total	57,4 (1975)	19,2 (697)	100 (3443)	100	100

(a) EASI 78.

(b) Ministério do Trabalho.

Fonte: Vitor Perez Diaz, *Clase obrera, partidos y sindicatos*.

Note-se que a CNT (anarco-sindicalista), até à ditadura franquista muito forte e hegemónica na Andaluzia e na Catalunha, surge hoje com um peso já quase insignificante. Esse facto é da máxima importância, visto a CNT ter sido (com raras excepções) rigidamente abstencionista e o seu desaparecimento ter, pela primeira vez, integrado sem reservas a maioria da classe operária e dos trabalhadores rurais destas duas regiões na área político-partidária e eleitoral (ver quadro n.º 28).

Filiação sindical por regiões

[QUADRO N.º 28]

Centrais	Madrid	Barcelona	País Basco	Astúrias	Restantes regiões	Total
CCOO	37	35	14	29	31	31
UGT	13	13	17	24	14	14
Sindicatos minoritários de orientação socialista ou comunista	10	6	7	—	6	6
Total de sindicatos de orientação socialista ou comunista	61	55	38	53	51	52
CNT	1	4	—	—	—	1
ELA-STV	—	—	10	—	—	1
Outros sindicatos	—	1	1	1	2	2
Total de filiados	63	62	52	56	55	57

Fonte: Vitor Perez Diaz, *Clase obrera, partidos y sindicatos*.

Sublinhe-se a discrepância entre as várias regiões relativamente às relações de forças existentes entre as duas principais centrais sindicais.

Nas Astúrias, zona de fortíssima tradição socialista, as duas centrais encontram-se quase equilibradas; no País Basco, onde o PCE é quase inexistente, verifica-se também um certo equilíbrio, só que desta vez a favor da UGT. Já relativamente a Madrid, a Barcelona e ao resto de Espanha, as CCOO têm aproximadamente o dobro de preferências que a UGT. A CNT tem algum peso exclusivamente na região de Barcelona e no País Basco surge um fortíssimo sindicato ligado ao partido nacionalista nessa região hegemónico — o PNV (refiro-me ao ELA-STV).

Os resultados das eleições sindicais de 1978 encheram o PCE de satisfação, pois parecia que o PSOE estava já a pagar o preço de uma certa «colaboração institucional» com a UCD.

Por outro lado, o PCE acreditava que os fracos resultados eleitorais em 1977 fossem devidos primordialmente à sua tardia legalização. Daí que nas eleições de 1979 ele esperasse um claro reajuste de posições no seio da esquerda. Em termos globais, tais perspectivas pura e simplesmente não vieram a verificar-se e o PSOE iria, *grosso modo*, manter as suas posições — à parte algumas percas graves, exactamente nos seus bastiões tradicionais.

O que justifica este desfasamento é o facto de 75 % da UGT votar PSOE, ao passo que apenas 46 % das CCOO votaram PCE, sendo muito mais forte a votação nas CCOO a favor do PSOE que na UGT a favor do PCE (ver quadro n.º 29).

Refira-se ainda que a UCD apenas consegue 4 % na UGT e 2 % nas CCOO e a direita um mero 1 % em cada uma das centrais.

Relativamente à religiosidade da classe operária sindicalizada, nota-se uma claríssima distinção entre a percentagem de católicos praticantes existente nos sindicatos socialistas (UGT e USO), aliás relativamente alta;

Identificação partidária por filiação sindical — 1978

[QUADRO N.º 29]

Identificação partidária	UGT	CCOO	Outras filiações	Nenhuma	Total
Não sabe	2	4	13	15	14 (428)
Nenhuma	14	21	37	42	40 (1189)
UCD	4	2	6	11	10 (312)
PSOE	75	24	15	19	21 (637)
PCE	3	46	3	4	6 (191)
Direitas	1	1	1	3	3 (94)
PNV	—	—	4	2	2 (44)
Outros	2	4	22	3	3 (103)
Total	100 (103)	100 (160)	100 (79)	100 (2656)	100 (2998)

naqueles de inspiração comunista (CCOO e CSUT), ambos numa posição intermediária, e, por fim, na CNT e SU, onde a percentagem de católicos praticantes é francamente mais baixa e a de não crentes obviamente mais elevada (quadro n.º 30).

Orientação religiosa dos filiados nas diferentes centrais

[QUADRO N.º 30]

Centrais	Católicos praticantes (percentagem)	Não crentes (percentagem)
UGT e USO	c. 17/18	c. 12/15 (503,94)
CCOO e CSUT	c. 11/18	c. 20/26 (1 071,84)
CNT e SU	c. 5/9	c. 48/58 (53,55)

Fonte: Vitor Perez Diaz, *Clase obrera, partidos y sindicatos*.

Se analisarmos agora a globalidade das preferências de voto dos trabalhadores do sector industrial (Inquérito entre os Assalariados do Sector Industrial — EASI), verificamos que «a esquerda recebe 72 % dos sufrágios — e, dentro dessa esquerda, os partidos socialistas (PSOE e PSP) ultrapassam de um modo esmagador o Partido Comunista, 52 % *versus* 20 %⁸¹. O centro e a direita apenas recebem 21 %, sendo a quase totalidade destes a favor da UCD (quadro n.º 31).

Igualmente se conclui que o peso da esquerda, se bem que mantendo-se dominante, é muito menor entre os técnicos (46 %) que entre os operários (72 %), surgindo o seu voto entre os empregados numa posição intermédia (60 %) (ver quadro n.º 31).

Distribuição do voto de técnicos, empregados e operários

[QUADRO N.º 31]

Partidos	Técnicos			Empregados			Operários
	Nível superior	Nível inferior	Total	Nível superior	Nível inferior	Total	
AP	9,1	2,1	3,5	3,3	0,7	2,0	1,0
UCD	42,4	23,1	26,9	33,7	29,2	31,6	19,5
FDC	12,1	2,9	4,6	2,0	0,7	1,3	0,4
PSOE	6,0	18,1	15,7	26,3	36,4	31,3	48,0
PSP	9,1	18,8	16,9	16,2	16,4	16,3	4,3
Esquerda catalã	—	—	—	2,0	—	1,0	0,1
PNV	—	2,1	1,7	1,3	1,4	1,3	2,0
PCE/PSUC	15,1	13,7	14,0	12,1	12,1	12,1	19,5
Esquerda Nacionalista ..	—	1,4	1,1	—	—	—	0,04
Outros partidos	6,0	17,4	15,2	2,7	2,8	2,7	4,3
	(33)	(138)	(171)	(148)	(140)	(288)	(2305)

Fonte: Vitor Perez Diaz, *op. cit.*

⁸¹ Vitor Perez Diaz, *Clase obrera, partidos y sindicatos*, Fundación del Instituto Nacional de Industria, Madrid, 1979, p. 44.

Cientes das limitações das análises que aplicam os níveis de rendimento na determinação da classe social de quem os auferem, podemos, contudo, tirar do quadro n.º 32 algumas conclusões importantes. A direita é maioritária no nível mais baixo e no mais alto, sendo a esquerda maioritária nos níveis intermédios. «Poder-se-á, pois, pensar que o PSOE conta com um eleitorado situado preferencialmente entre a classe média e média-baixa da sociedade, enquanto a UCD situaria os seus votos principalmente entre as classes média-alta e alta e nos sectores mais baixos da sociedade.»⁸²

Preferências de voto por níveis de rendimento (percentagem)

[QUADRO N.º 32]

Pesetas/mês	UCD	PSOE	PCE	AP	Outros
Menos de 19 000	48	29	8	6	8
De 19 000 a 35 000	35	39	9	7	10
De 36 000 a 45 000	33	39	8	7	13
De 46 000 a 65 000	30	34	7	6	23
Mais de 65 000	23	19	9	16	32

Fonte: Antonio Bar Cendón, *Los factores socio-demográficos de la participación política en España*.

Muito provavelmente, esses sectores mais baixos da sociedade seriam essencialmente constituídos por pequenos camponeses do Centro e Norte da Espanha, o grande reservatório eleitoral das forças da direita. Esses mesmos sectores distribuir-se-iam hoje quer pela AP, quer pelo PSOE, quer ainda, e significativamente, pela abstenção. Daqui também resulta que a AP, na sua fase inicial, não baseava o seu voto nas áreas rurais mais atrasadas e clericais (onde a UCD era, ela sim, dominante), mas sobretudo num voto urbano e semiurbano, fortemente ideológico — ao contrário do da UCD, claramente sociológico e todo ele cheio de atavismos clientelares e reverenciais. Mesmo na Galiza, era esta a situação.

Se analisarmos a questão numa perspectiva de distribuição pelos vários sectores (ver quadro n.º 33), e apesar de Lopez Pina ter afirmado «ser apenas possível detectar uma modesta correlação entre posição de classe e opção partidária»⁸³, a verdade é que se poderão tirar algumas conclusões importantes.

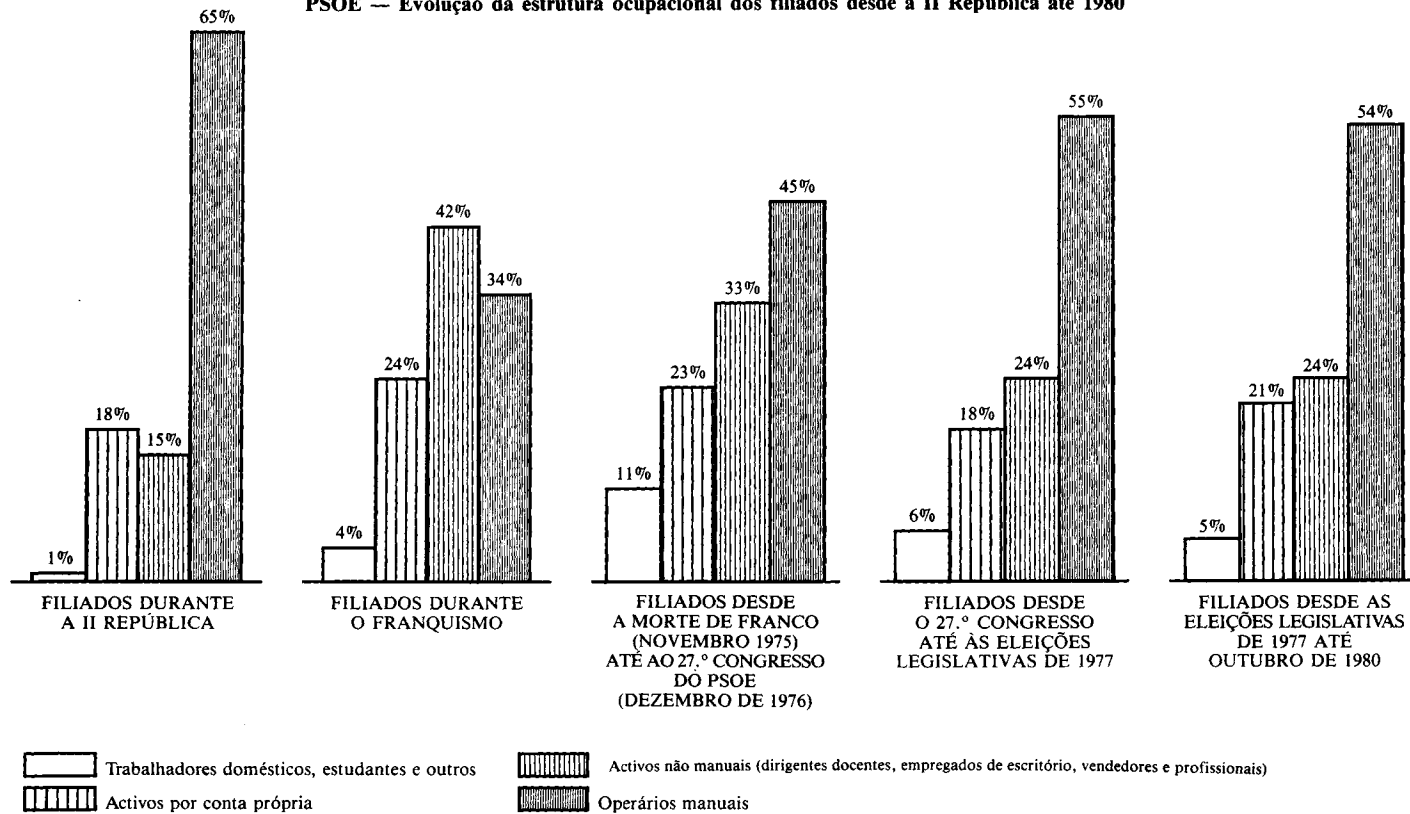
Vemos que o PCE tem uma percentagem relativamente alta de trabalhadores agrícolas (certamente a maioria nas províncias de Sevilha e Córdova, seus baluartes); que, em termos relativos, o PCE e o PSOE têm quase idênticas percentagens no que respeita a trabalhadores não especializados, e que, ao nível de altos funcionários, o PCE tem igualmente uma inesperada implantação.

Vemos igualmente que a AP (CD) tem um nível especialmente baixo de trabalhadores agrícolas, comparado com o da UCD, e ainda que a AP tem um nível igualmente muito baixo no que respeita a trabalhadores especializados.

⁸² Antonio Bar Cendón, «Los factores sociodemográficos de la participación política en España», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 27, Maio/Junho de 1982, p. 181.

⁸³ Antonio López Pina *et al.*, «España in conflicto (I): bases populares de la derecha, el centro y la izquierda», in *Revista de Política Comparada*, n.º 6, Outono de 1981.

PSOE — Evolução da estrutura ocupacional dos filiados desde a II República até 1980



Fonte: José Felix Tezanos, *Sociología del socialismo español*.

Ocupação dos votantes (população activa dos diversos partidos nas eleições legislativas de 1979)

[QUADRO N.º 33]

Ocupação	PCE/ /PSUC	PSOE	UCD	CD	Partidos regionais	Não votaram	Total(a)
Trabalhadores agrícolas	10	6	9	2	2	3	7
Trabalhadores não especializados	18	18	15	14	9	20	17
Trabalhadores especializados	32	33	23	5	29	24	27
Empregados de nível baixo, encarregados, capatazes	15	18	11	25	25	12	16
Empregados e técnicos de nível médio	15	17	20	14	19	17	17
Funcionários de nível médio	2	6	11	14	10	9	8
Funcionários de nível alto	2	1	5	16	2	5	3
Empresários e dirigentes	1	—	5	8	2	—	3
Sem informação	3	1	1	4	1	4	2
	(214)	(638)	(498)	(57)	(163)	(401)	(2231)

(a) Inclui extrema esquerda, extrema direita e outros partidos.

Nota — Deve ler-se na vertical.

Fonte: Juan J. Linz *et al.*, *IV Informe Foessa*, vol. 1.

Se, em vez de analisarmos apenas a população activa, incluirmos igualmente os inactivos e as donas de casa e compararmos as percentagens de cada partido com as da totalidade do eleitorado (quadro n.º 34), poderemos concluir que, no que respeita a inactivos e donas de casa, o PCE está abaixo da média geral e a UCD e a AP (CD) significativamente acima, situando-se o PSOE num nível intermédio. Qualquer destas conclusões era, aliás, perfeitamente expectável.

O PCE tinha então uma percentagem muito alta de operários especializados e, quanto aos não especializados, uma percentagem praticamente idêntica à do PSOE. Como, porém, o PSOE teve uma votação global bastante superior à do PCE, concluiremos que o PSOE ganhou uma forte maioria desse voto —eventualmente uma parte considerável deste seria constituída por imigrantes recentemente instalados no País Basco e Catalunha.

Ainda ao nível de operários especializados, refira-se que a AP tem uma reduzida percentagem, sendo mestres uma parte considerável destes. É já bastante alta, porém, a percentagem na AP de quadros, empregados e profissões liberais. Os trabalhadores rurais têm um peso considerável no PCE, como aliás já referi, e igualmente na AP, o que não deixa de ser surpreendente perante os dados anteriormente apresentados.

No PSOE, a proporção entre «novas classes médias» e as «velhas» é de 2 para 1, sendo já no PCE as primeiras apenas 25 % mais numerosas do que as segundas. É ainda de acentuar a alta percentagem que, na AP, os empresários e directores atingem. Refira-se, por fim, que, ao nível eleitoral, a percentagem de operários (incluindo os rurais) é, nos dois partidos «de classe», de 28,3 % no PSOE e de 37,9 % no PCE. Já ao nível de militantes, essa percentagem é sensivelmente superior — veja-se, por exemplo, o caso do PSOE (gráfico 1). Se a designação Partido Socialista Obrero Español pouco ou nada já tem a ver com a massa dos votantes, sobretudo após 1982, já contudo representa com alguma fidelidade o partido enquanto tal, enquanto massa de militantes.

População total — Ocupação dos votantes dos principais partidos políticos em 1979 (percentagem)

[QUADRO N.º 34]

Ocupação	UCD	PSOE	PCE	CD	CIU (Convergência e União da Catalunha)	PNV	PSA	N/C	Não votaram	Percentagem da amostra	População total com mais de 18 anos
Inactivos e donas de casa	58,7	50,2	41,0	62,8	51,0	61,2	51,4	55,1	59,4	54,3	51,4
Operários especializados	9,6	18,3	24,6	4,3	11,0	15,0	18,9	10,7	10,2	13,2	13
Operários não especializados	4,1	6,0	6,8	—	8,8	7,0	6,5	5,1	6,5	5,4	2,4
Trabalhadores agrícolas	2,6	4,0	6,5	5,0	—	1,1	1,0	2,1	1,1	2,8	2,7
Empregados de escritório, vendedores e profissionais	11,9	12,3	10,9	15,7	14,7	5,4	17,3	13,0	13,2	12,8	10
Pequenos proprietários agrícolas ...	3,8	2,1	0,8	1,2	2,7	—	—	2,8	2,6	2,6	6,7
Profissionais autónomos e trabalhadores independentes	7,3	6,4	8,6	5,8	10,3	5,7	4,8	9,6	6,4	7,6	5
Empresários e directores	2,0	0,8	0,9	5,1	1,6	4,6	—	1,6	0,7	1,4	

Será importante introduzir aqui alguns dados sobre a população activa espanhola (com dados de 1980) e sobre os grupos que entre 1965 e 1980 têm aumentado e aqueles que nesse mesmo período têm diminuído (ver quadros n.ºs 35 e 36).

Da análise conjunta destes dois quadros resulta que os grupos que compõem as «velhas classes médias» (pequenos empresários da indústria e serviços, pequenos e médios proprietários agrícolas, profissões liberais e trabalhadores independentes), aproximadamente 26 %, têm diminuído em geral, excepto o grupo de trabalhadores independentes, que praticamente se mantém estacionário, e o das profissões liberais, que, inclusive, aumentou bastante. Por outro lado, a «nova classe média» (trabalhadores assalariados não manuais) tem tido um crescimento avassalador. Comentando estes mesmos dados, J. Félix Tezanos afirma que, «continuando esta linha de evoluções na próxima década, os assalariados não manuais se tornarão o sector mais numeroso da população activa [espanhola] e, mais concretamente, o pessoal administrativo, comercial e técnico alcançará uma proporção superior à dos operários manuais»⁸⁴, concluindo que cedo se chegará a um fenómeno de acentuada «administrativização» da população activa.

Pelo que diz respeito à classe operária manual, sendo, no total, 38,3 % em 1980, incluindo os operários agrícolas, vê-se que têm diminuído nos últimos 15 anos os não especializados (menos 52,6 %) e aumentado os especializados (22,6 %) — de qualquer modo, menos de metade do aumento verificado na «nova classe média». Nesta perspectiva, era bem mais efectivo e actual o apelo de Tierno Galván (então ainda dirigente do Partido Socialista Popular) aos «Trabalhadores de todas as classes» que certas perspectivas nostálgicas de um «obreirismo» progressiva e implacavelmente minoritário. Tudo indica que o PSOE e o PCE estão conscientes destas radicais alterações na estrutura ocupacional e social espanhola.

Analisando agora a distribuição dos diversos partidos «dentro» de cada categoria ocupacional (quadro n.º 37), surgem resultados muito semelhantes aos do quadro n.º 33, semelhança essa, aliás, já realçada por José María Maravall⁸⁵.

Sobressaem, contudo, alguns dados novos, nomeadamente a altíssima percentagem de pequenos proprietários agrícolas que votava UCD (58 %) — aqui muito mais nítida —, sensivelmente o dobro daquela dos que votavam PSOE e vinte vezes mais do que a percentagem dos votantes PCE. Já ao nível de quadros, empregados e profissões liberais, o PSOE e a UCD igualam as suas percentagens. Uma parte considerável dos trabalhadores rurais vota PSOE (42 %) e apenas aproximadamente um quinto vota PCE. Como já referi, entre os operários não especializados, o PSOE tem mais do triplo da percentagem do PCE, não sendo já desfavorável para este último a relação no que respeita aos operários especializados.

O PSOE tem quase o triplo de preferências entre os operários (considerados na sua globalidade) do que o PCE, estando a UCD numa posição intermédia — aproximadamente 1/3 —, o que a coloca ao nível dos grandes partidos conservadores ou democratas-cristãos, mesmo não possuindo qualquer estrutura sindical de apoio.

⁸⁴ José Félix Tezanos, *Sociología del socialismo español*, Tecnos, Madrid, 1983, p. 31.

⁸⁵ José María Maravall, *La política de la transición (1975-80)*, cit., p. 196, nota 84.

Estrutura da população activa ocupada em 1980

[QUADRO N.º 35]

População activa	Número	Percentagem
1. Bloco das classes proprietárias		
1.1 Sector empresarial capitalista		
1.1.1 Empresários agrários com assalariados	44 100	0,4
1.1.2 Empresários com assalariados nos sectores da indústria e dos serviços	285 000	2,4
1.2.3 Gerentes e directores	213 100	1,8
} 4,6		
1.2 Sector dos profissionais autónomos e trabalhadores independentes		
1.2.1 Profissões liberais	96 800	0,8
1.2.2 Empresários sem assalariados e trabalhadores independentes	1 298 500	11,1
1.2.3 Proprietários agrícolas sem assalariados	1 514 400	13,0
} 24,9		
2. Bloco das classes assalariadas		
2.1 Trabalhadores não manuais e de serviços		
2.1.1 Pessoal administrativo, comercial e técnico	2 369 200	20,3
2.1.2 Contramestres e pessoal de serviços	1 234 200	10,6
} 30,9		
2.2 Operários		
2.2.1 Operários especializados	3 266 500	28,0
2.2.2 Operários sem especialização	547 300	4,7
2.2.3 Operários agrícolas	652 800	5,6
} 38,3		
Outros	124 500	1,1

Fonte: INE, *Encuestas de población activa*, 1980, primeiro trimestre, in J. Felix Tezanos, *op. cit.*

Evolução dos grupos ocupacionais da população activa de 1965 a 1980

[QUADRO N.º 36]

Grupos ocupacionais	1965 (percentagem)	1980 (percentagem)	Variações sobre valores absolutos nesse período (percentagem)
<i>Grupos que aumentaram</i>			
Pessoal de serviços	6,2	10,6	+ 63,8
Profissões liberais	0,5	0,8	+ 53,6
Pessoal administrativo, comercial e técnico	13,5	20,3	+ 45,6
Empresários, gerentes, directores	3,4	4,2	+ 30,8
Operários especializados	22,1	28,0	+ 22,6
<i>Grupos que diminuíram</i>			
Operários não especializados	9,6	4,7	- 52,6
Proprietários agrícolas sem assalariados ..	23,3	13,0	- 46,2
Trabalhadores agrícolas	9,9	5,6	- 45,3
Empresários sem assalariados e trabalhado- res independentes	10,9	11,1	- 1,2

Fonte: INE, «Encuestas de población activa, 1965 e 1980», in José Felix Tezanos, *Sociología del socialismo español*.

Por fim, é de frisar o enorme desfazamento entre as percentagens da UCD (47 %), do PSOE (19 %) e do PCE (5 %) relativamente a directores e empresários.

Destes dados conclui Maravall que o PSOE mantém bem sólido o seu «vínculo preferencial de classe», mesmo que vá alargando ao máximo o seu âmbito eleitoral, e que, portanto, não seria curial a aplicação ao PSOE da teoria do *catch-all-party*, de Otto Kirchheimer⁸⁶.

Maravall argumenta ainda com a estrutura interna dos militantes do PSOE, afirmando que, dos seus 54 % da base operária, nada menos de 37 % seriam operários industriais — o que colocaria o PSOE ao nível dos SPO (austriaco), mais que o PSI e muitíssimo mais que o SPD ou o PSF.

Distribuição de voto ocupacional entre os partidos (percentagem)

[QUADRO N.º 37]

	UCD	PSOE	PCE	Total
População não activa	42	35	8	1623
Operários:				
Qualificados	24	45	17	455
Não qualificados	29	42	13	161
Trabalhadores agrícolas	29	42	19	105
Empregados, funcionários, profissões liberais	35	35	9	392
Pequenos proprietários agrícolas	58	30	3	76
Trabalhadores independentes	39	33	12	217
Dirigentes, empresários	47	19	5	47
	(N = 1150)	(N = 1117)	(N = 307)	(N = 3077)

Fonte: José Maria Maravall, *La política de la transición (1975-80)*.

Nota — Deve-se ler na horizontal.

⁸⁶ Otto Kirchheimer, «El camino hacia el partido de todo el mundo», in Kurt Lenk e Franz Neumann, *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*, ed. Anagrama, Barcelona, 1980.

Esqueceria, contudo, que, relativamente a esses outros partidos socialistas, a «*ratio* membros/votantes» do PSOE é infinitamente inferior e que, em termos absolutos, o número de militantes do partido é, por volta de 1980, não muito superior ao do Partido Socialista Português — já de si, aliás, não muito brilhante, mas com uma *ratio* membros/votantes duas vezes e meia superior à do PSOE.

Mas é exactamente a importância diminuta dessa *ratio* que dificilmente permite caracterizar o PSOE de «operário» ou «de classe» e, concomitantemente, negar-lhe a caracterização de «partido de eleitores», *catch-all-party* ou mesmo interclassista ou «de base social heterogénea» (Rose e Urwin).

Por outro lado, o PSOE não escapa às leis oligárquicas de Michels, pois a percentagem da participação operária no seu seio reduz-se drasticamente ao nível dos órgãos directivos do partido, aliás como foi já claramente apontado por José Felix Tezanos em obra já atrás citada.

Se isto, *grosso modo*, se passava com o PSOE, guardando para outra oportunidade o aprofundamento da análise do sistema de partidos espanhol à luz da teoria do *catch-all-party*, o mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, do PCE e, por maioria de razão, da extinta UCD e da actual AP, partidos *a priori* ideologicamente interclassistas e como tal assumidos.

Se, «desde a morte de Franco, em Novembro de 1975, até às eleições de 15 de Julho de 1977, a questão era saber qual dos dois partidos — o PSOE ou o PCE — ocuparia o espaço político da esquerda parlamentar»⁸⁷, a partir de certa altura a questão que se punha era saber qual o partido que iria hegemonizar o centro ideológico e sociológico, por outras palavras, o «reformismo» e as «novas classes médias», desde há pouco emergentes e já crescentemente hegemónicas.

Penso, portanto, que a clivagem «classe» continuava então, como ainda hoje, a incidir no sistema político espanhol, mas que, simultaneamente, ela se tinha vindo a tornar residual, não sendo já o seu papel muito determinante ao nível dos grandes alinhamentos eleitorais. Ela tinha ainda, porém, uma relativa importância ao nível intrapartidário, especialmente no seio dos partidos «de esquerda», mas, mesmo aí, essa importância ia-se tornando, com o tempo, cada vez mais ritual e simbólica. Estratégias *catch-all* implantavam-se solidamente em todos os partidos, inclusive nos de esquerda — especialmente no PSOE, mas também no PCE.

Estava-se então numa fase transitória de reformulação e realinhamento de «blocos de classes», cujos contornos se encontravam ainda apenas meramente delineados, já que todo o sistema, a este nível, se caracterizava por uma considerável fluidez.

CONCLUSÃO. IDEOLOGIA — FLUXOS E REFLUXOS DE UM OMNIPRESENTE CENTRISMO

Um dos dados mais marcantes da situação política espanhola foi, desde o início e ao longo de todo o processo de transição, a grande estabilidade e moderação ideológica do eleitorado.

⁸⁷ José María Maravall, «Eurocomunismo y socialismo en España: la sociología de una competición política», in *Sistema*, n.º 28, Janeiro de 1978, p. 58.

Analisando a escala ideológica — representada num *continuum* de 1 a 10, sendo 1 a extrema esquerda e 10 a extrema direita —, podemos verificar que, nas vésperas das primeiras eleições, mais precisamente em Janeiro/Fevereiro de 1977, da soma do centro/esquerda com o centro/direita resulta a surpreendente percentagem de 41 % (ver quadro n.º 38). Esse facto impôs uma implacável dinâmica centrípeta, que até hoje se mantém e que condicionou fortemente não só os resultados eleitorais, mas também, e de um modo significativo, as estratégias desenvolvidas pelas várias direcções partidárias⁸⁸.

Autoposicionamento na escala esquerda-direita (amostragens nacionais da DATA)

[QUADRO N.º 38]

	Julho de 1976	Janeiro- Fevereiro de 1977	Madrid (Outono de 1977)	Julho de 1978	Julho de 1979
	1 2 } 2 3 } 3 6 } 18 4 7 }	1 } 3 } 7 } 21 10 }	3 } 5 } 17 } 42 17 }	3 } 5 } 15 } 40 17 }	4 } 5 } 15 } 38 17 }
Escala esquerda-di- reita	5 24 } 38 6 14 }	23 } 41 18 }	19 } 35 16 }	21 } 33 12 }	17 } 37 13 }
	7 6 } 8 7 } 9 4 } 22 10 5 }	8 } 7 } 2 } 19 2 }	3 } 5 } 1 } 11 2 }	6 } 4 } 1 } 12 1 }	5 } 5 } 1 } 13 2 }
Não sabe	14	—	—	—	—
Não responde	7	18	12	14	11
Dimensão da amos- tagem	(6342)	(8857)	(493)	(5898)	(5499)
Valor médio	5,64	5,53	4,73	4,68	4,78

Fonte: Juan J. Linz, *The New Spanish Party System*.

Da ignorância dessa dinâmica centrípeta resultou, por exemplo, o inesperado fracasso inicial da Alianza Popular e do seu tão propagado e «mítico franquismo sociológico», tendo esta sido obrigada, rapidamente, mas já demasiado tarde, a reajustar a sua imagem a essa dinâmica. É sem dúvida de realçar que, nas vésperas das primeiras eleições livres, a extrema direita apenas recolha 4 % das preferências ideológicas, especialmente tendo em conta que o regime franquista ainda então tinha uma existência legal e, em larga medida, real.

Kenneth Maxwell pensa que «em Espanha [a] atmosfera de entendimento foi facilitada pelo facto de os dois símbolos das polarizações anteriores, assim como as duas organizações com capacidade para transformar a polarização numa força politicamente efectiva, se terem deslocado para o centro. Ao contrário do que sucedeu em Portugal, onde a Igreja e os

comunistas radicalizaram as suas posições, em Espanha a Igreja e os comunistas deslocaram-se para o centro»⁸⁹.

Qualquer maioria teria necessariamente de se basear nesse núcleo central, o que impôs não só, numa primeira fase (até 1979), a ancoragem ao centro-esquerda da UCD, mas também, numa segunda fase, a «desmarxização» do PSOE (no seu congresso extraordinário) e a sua subsequente colocação na área do centro-esquerda precisamente nas vésperas da sua esmagadora vitória de 1982, área essa, aliás, recém-libertada pela desagregação e concomitante viragem à direita da UCD pós-suarista.

Chegou-se mesmo a situações tão paradoxais como «a de um conjunto de partidos que abominam a social-democracia [se entregarem] com todas as suas forças a fazer uma política social-democrata e a captar uns (em boa medida por sua culpa) inexistentes sociais-democratas»⁹⁰. O centrismo e a moderação impunham-se como uma necessidade premente, já então como hoje.

Apesar de essa dinâmica centrípeta se mostrar relativamente estável, se fizermos uma análise diacrónica da distribuição de posições no *continuum* esquerda-direita (ver quadro n.º 39), nota-se desde logo uma clara tendência para uma deslocação à esquerda — a direita baixa de 19 % para 13 %; o centro de 41 % para 37 % e, finalmente, a esquerda passa de 21 % para 38 %, tendendo a estabilizar-se a esse nível.

No seio do centro verifica-se ainda uma certa vantagem do centro-esquerda relativamente ao centro-direita, mantendo-se estável essa relação entre ambos, estável, mas lenta e progressivamente resvalando para a esquerda.

Sendo esta área, no essencial, a esquerda da direita e a direita da esquerda, ela é, simultaneamente, zona de confronto e de consenso, o eixo centrípeta e o núcleo centrífugo. É uma zona de turbulência permanente e de grande fluidez eleitoral.

Duverger, no seu cáustico cepticismo relativamente ao centro, afirma mesmo que, «já que [ele] não é outra coisa que a aglutinação artificial da facção direita da esquerda com a facção esquerda da direita, o seu destino é ser separado, sacudido, aniquilado»⁹¹.

Mesmo que Maravall diga, com uma certa razão, que «a polarização do sistema de partidos espanhol é típica do Sul da Europa e diferente da reduzida polarização da Europa do Norte»⁹², a verdade é que o leque de polarização (isto é, a distância entre os partidos mais à esquerda e mais à direita) é em Espanha pouco mas significativamente mais reduzido que o existente em Itália e em França, o que é espantoso se pensarmos que a Espanha se encontrava em plena transição de uma longa e extremamente violenta ditadura.

⁸⁹ Kenneth Maxwell, «A emergência da democracia em Espanha e Portugal» (Orbis, 1983), in *Relações Internacionais (APRI)*, n.º 34, 1983, p. 26.

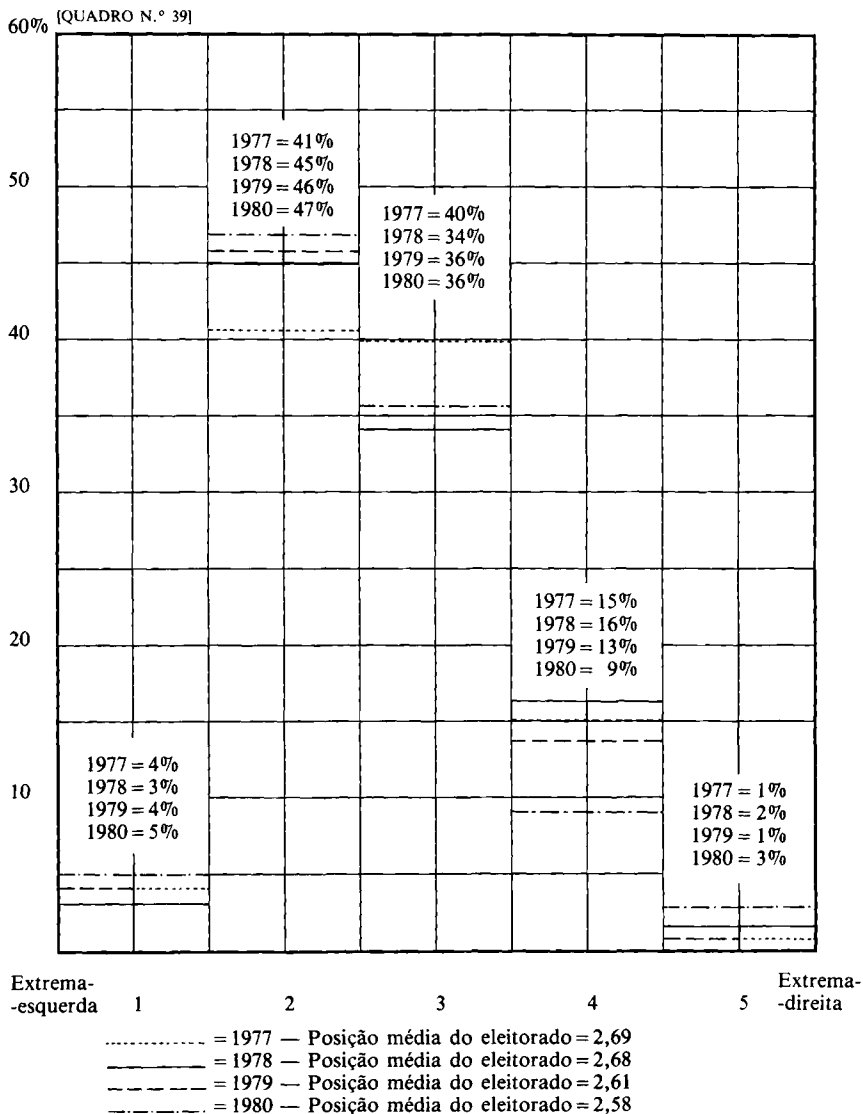
⁹⁰ Luis García San Miguel, *Teoría de la transición*, cit., p. 127.

⁹¹ Maurice Duverger, *Les parties politiques*, cit.

⁹² José María Maravall, «Los apoyos partidistas en España: polarización, fragmentación y estabilidad», cit., p. 20.

Distribuição do eleitorado numa escala ideológica (1977-80)

[QUADRO N.º 39]



Fonte: José Maria Maravall, *Los apoyos partidistas en España*.

656 Pelos cálculos de Sani e Sartori, o seu índice de polarização seria de 0,47 %, se bem que Maravall tenha obtido uma cifra levemente superior — 0,53 (ver quadro n.º 40).

Grupos partidários mais semelhantes e dissemelhantes por país

[QUADRO N.º 40]

	Sobreposição	Semelhança	Distância
Estados Unidos			
Democratas/Republicanos	0,86	0,56	0,08
Suíça			
PS/PDC	0,56	0,30	0,27
República Federal Alemã			
PSD/CDU-CSU	0,51	0,26	0,28
Áustria			
SPO/OVP	0,46	0,28	0,30
Bélgica			
PSB-BSP/PSC-CVP	0,57	0,27	0,31
Reino Unido			
Labour/Conservador	0,47	0,25	0,33
Holanda			
PVDA/ARP-CHU	0,45	0,23	0,32
Espanha			
PCE/CD	0,15	0,08	0,47
França			
PCF/UDR	0,06	0,02	0,57
Itália			
PCI/MSI	0,12	0,02	0,64
PCI/PLI	0,13	0,07	0,44
Finlândia			
SKDH/KK	0,11	0,03	0,64

Fonte: G. Sani e G. Sartori, *Polarization, Fragmentation and Competition in Western Democracies*.

Será importante vermos com mais algum detalhe como o eleitorado espanhol se posiciona ideologicamente (ver quadro n.º 41).

Nota-se que o eleitorado do PCE é, ideologicamente, muito moderado; que os socialistas concentram o seu voto na área centro-esquerda, mas colocando 25 % no centro; que a extinta UCD era de facto centrista, mas com uma ala centro-direita de certo peso (19%), e que, por fim, o eleitorado da Alianza Popular (CD) se concentra no centro-direita, tendo 17 % à sua direita e, surpreendentemente, quase 1/3 ao centro.

Autoposicionamento dos votantes no eixo esquerda/direita por preferências partidárias

[QUADRO N.º 41]

Preferências partidárias	Autoposicionamento (a)						Média
	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	N	
<i>Espanha</i>							
Comunistas (PCE)	40,1	52,0	6,1	1,8	—	327	2,7
Socialistas (PSOE)	9,5	62,7	25,0	2,2	0,7	1040	3,9
Centro (UCD)	0,8	3,8	71,0	19,0	5,4	1387	5,9
Coal. Dem.-C/AP (CD)	—	7,1	31,7	43,8	17,4	140	7,0

(a) Os 10 pontos da escala original foram agregados do seguinte modo: esquerda = 1,2; centro-esquerda = 3,4; centro = 5,6; centro-direita = 7,8; direita = 9,10. As médias são calculadas antes de os dados serem agrupados.

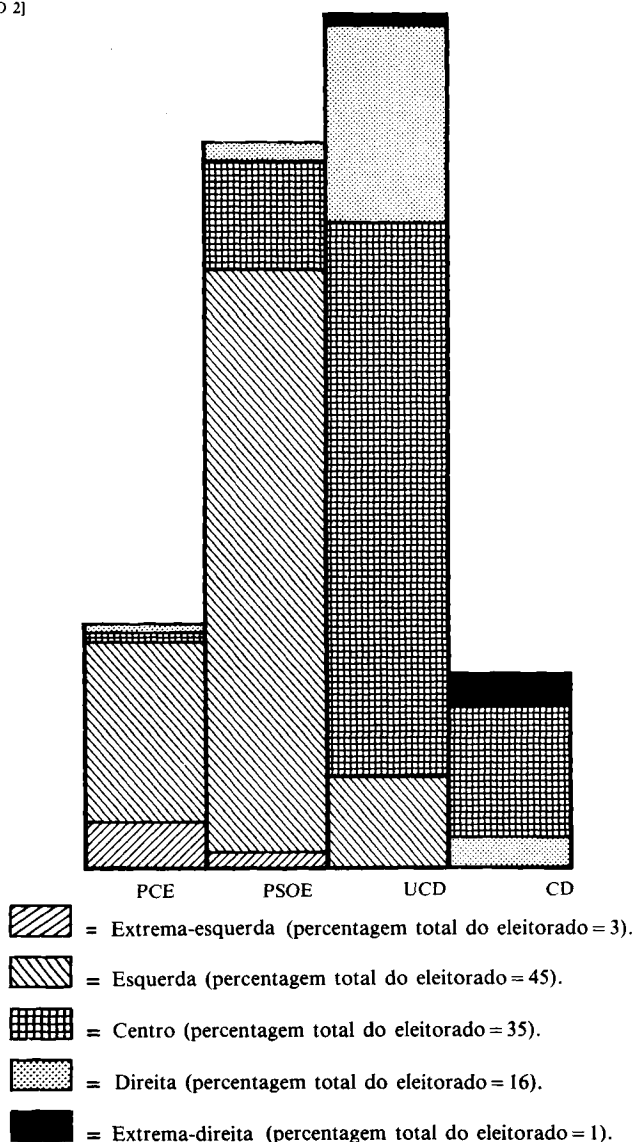
Fonte: G. Sani e G. Sartori, *Polarization, Fragmentation and Competition in Western Democracies*.

Pelo gráfico 2 podemos ver a distribuição ideológica dos votantes de cada partido.

Funcionou (enquanto foi de facto funcional) uma estratégia de «competição defensiva» (Sani e Sartori), a qual, caindo, abriu caminho a uma «competição expansiva» — matricialmente não consensual, mas, não necessariamente por essa razão, muito polarizada.

Distribuição dos votantes de cada partido

[GRÁFICO 2]



Um facto importante é verificar-se que a maior polarização daí resultante não acarretou o desaparecimento do centro como espaço ideológico, o qual se manteve, apesar de tudo, relativamente estável e pleno de potencialidades (ver quadro n.º 42).

Autoposicionamento político do eleitorado (escala CIS)

[QUADRO N.º 42]

Data	1	2-3	4	5-6	7	NS	NC
Novembro de 1980	2,25	31,33	22,75	9,33	0,41	16,33	17,58
Setembro de 1981	2,01	33,61	21,45	10,72	0,50	15,25	16,26
Novembro de 1981	1,50	33	21,25	12,08	0,50	14,91	16,66
Junho de 1982	0,83	35,25	17,33	14,00	0,58	18,4	13,58
Outubro de 1982	0,50	35,41	19,75	15,16	0,66	16,66	11,83

Fonte: Inquéritos do ICS publicados na REIS e elaboração do autor, in A. Muñoz Alonso, *Las elecciones del cambio*.

Essa relativa estabilidade leva a supor que continuava a existir uma «latente» opção de centro, à qual a formação do Partido Reformista Democrático (PRD) — liderado por Miguel Roca e António Garrigues Walker — tentaria responder, sem porém minimamente o conseguir.

Trata-se aqui, seguindo uma leitura própria de Duverger, de um caso nítido de sobreposição de dualismos e de criação de uma nova família política. E isto não anulando que, subsequentemente, o fraccionismo pudesse vir a ter um seu papel relevante através de mecanismos de competição multipolar e oposições bilaterais, tanto relativamente ao PSOE como à AP.

A referência explícita ao reformismo é tanto mais importante quanto o tema tem, em Espanha, uma especial aceitação — tendo dele já muito aproveitado Adolfo Suarez aquando da UCD e, já mais recentemente, do CDS —, aliás com algum proveito.

O situarem-se deste modo leva Maravall a comentar que o simples facto de os dois focos de distribuição ideológica espacial não se situarem nos extremos já reduzia consideravelmente, só por si, o peso da polarização. Com o desaparecimento do UCD, em 1982, introduz-se porém uma assimetria nesta distribuição, pois a direita (AP) anexou o centro-direita e mesmo parte do centro, estruturando-se assim num só bloco, na linha dos grandes partidos conservadores ou, inclusive, da AD em Portugal. O centro-esquerda e a esquerda continuam, após 1982, divididos em dois núcleos (PSOE e PCE), porém cada vez mais drasticamente desequilibrados entre si, embrenhando-se o PCE numa permanente luta de facções e sucessivas cisões que o levariam em breve aos limites do descalabro.

Assim, com as eleições de 1982 consumou-se a passagem a uma fase de «competição expansiva»⁹³ e ao conseqüente abandono do consenso inicial. Tal passagem foi possível, essencialmente, pela destruição da UCD, confluindo nela múltiplas forças centrífugas de ordem externa — Igreja e CEOE, inclusive — e igualmente endógenas (algo de seme-

⁹³ Giacomo Sani e Giovanni Sartori, «Polarization, Fragmentation and Competition in Western Democracies», cit.

lhante, mas numa perspectiva eminentemente destrutiva, ao *withinput* de Easton).

Penso que a consolidação do sistema político e do sistema de partidos necessitava então, e com urgência, de uma fase de maior antagonismo e clarificação.

Enquanto durou, a estratégia do consenso foi extremamente útil quer à UCD quer ao PSOE (se bem que, numa primeira fase, muito mais à primeira do que ao segundo, o qual começara já a pagar os custos eleitorais desse consenso, especialmente no País Basco, Astúrias, Andaluzia e Valencia — exactamente as zonas mais tradicionais de esquerda). E foi útil na medida em que lhes permitiu, a cada um, como escreveu Raul Morodo, «hegemonizar a representação da direita e da esquerda, respectivamente, diferenciando-se dos seus extremos e consolidando o seu próprio espaço político»⁹⁴.

Veja-se a propósito o quadro n.º 43, que coloca a Espanha numa situação de destaque no que toca à aceitação do reformismo.

**Opinião sobre os meios de mudança da sociedade em vários países
(percentagens das amostragens nacionais — 1981)**

[QUADRO N.º 43]

País	Radicalmente por acção revolucionária	Gradualmente com reformas
Espanha	7	75
França	8	68
Itália	6	70
Inglaterra	4	66
Alemanha	2	53

Fonte: European Value Study Group (Lovaina), in *Revista de Estudios Políticos* (NE), n.º 34, Julho/Agosto de 1983.

Como a relativa queda de aceitação do PSOE, sofrendo já em pleno a usura do poder, parecia não estar a ser capitalizada pela AP, a qual, após uma ligeira subida nas sondagens, regressara aos níveis atingidos nas eleições de 82, tudo indicava que o beneficiário desse duplo redimensionamento seria a opção centrista, em qualquer das suas duas vertentes.

Tanto mais assim que, em 1982, uma considerável percentagem do voto AP e mesmo PSOE se podia considerar «voto cativo», que desse modo optara exclusivamente por falta de alternativas credíveis.

Vemos ainda pelas sondagens que, em finais de 1984, o PCE estabilizara pelos 6 % e que, na área centrista, as preferências se dividem entre o CDS de Adolfo Suarez, já em lenta, mas aparentemente segura, subida, e o PRD, então recém-criado. Os «reformistas» tentam a todo o custo aliciar Adolfo Suarez, mas este estava francamente pouco interessado em repetir as, durante um tempo úteis, mas finalmente trágicas, alianças de cúpula ao estilo UCD. A lição aprendera-a ele bem, talvez

até demasiadamente bem. O descalabro eleitoral das primeiras eleições (as de 1982) a que o CDS se apresentara talvez tivesse sido mais aparente e conjuntural do que na altura se julgara. As legislativas de 1986 (em que passara dos 2,9 % para os 9,16 %) e as eleições europeias de 1987 (10,2 %) mostravam já o caminho que as sondagens seguintes viriam a confirmar. O PRD não sobreviveria às eleições de 1986 e a AP estagnava em queda.

Segundo Aranguren, «o que o eleitorado pediu [em 1982] foi um centro novo, e não a continuação daquele montado *ad hoc* por convertidos de Movimento»⁹⁵. Isto é, que a UCD seria «um partido de transição», portanto um projecto essencialmente «a curto prazo e que, como tal, desapareceria ao esfumarem-se as condições históricas que lhe deram origem»⁹⁶ — tudo isto são questões, aliás, hoje mais motivo de consenso que de disputa. O grande desejo era então, em 1982, «que os deuses [livrassem] a democracia espanhola de um monolítico e enorme partido de centro, camaleónico, versátil, proteiforme e que gira ao sabor dos ventos dominantes»⁹⁷. Esse centrismo morreu com a UCD e penso que muito dificilmente renascerá.

Contudo, um novo centrismo — alternativo ao centrismo que «de facto» o PSOE e os seus Governos vêm assumindo — perfila-se já e com indubitável vigor. Para Suarez, a UCD terá eventualmente sido a solução imprescindível à transição democrática, mas, consumada esta, pouco mais é que um «antimodelo» a evitar por todos os meios.

Do centrismo sociológico — cada vez mais sólido — e do ideológico só se pode passar ao centrismo político, o que pode variar é a modalidade dessa passagem. Digamos que, ideologicamente, a situação está, apesar de tudo, relativamente «cristalizada», ou, nas palavras de Julian Santamaría, que tudo «sugere a existência de um alto grau de cristalização dos espaços políticos e uma relativa fluidez dos alinhamentos»⁹⁸ partidários. Mantendo-se sempre estável a distribuição ideológica — o que, aliás, se vai tornando um dado quase estrutural —, é muito provável que se venham a verificar relevantes alterações e realinhamentos ao nível partidário a ao nível do sistema de partidos.

Durante todo este processo de transição democrática existiu contudo uma força permanente e crescentemente centrífuga (talvez mesmo a única...), que se situa no eixo territorial das clivagens: refiro-me aos partidos nacionalistas, os quais ou não colaboram no e para o consenso (vide País Basco) ou, se o fizeram (por exemplo, a CIU catalã e o PSA), foi a troco de um alto preço e mantendo sob permanente chantagem o poder central. O ano de 1979 marcou o início do auge dessas forças centrífugas, o qual viria a atingir o clímax nas imediatas eleições autonó-

⁹⁵ José Luis Aranguren, *España: una meditación política*, cit., p. 11.

⁹⁶ D. Nohlan, in Rafael del Aguila Tejerina, «Notas de la mesa redonda sobre los resultados electorales del 28 de Oct. (1982) — Centro de Estudios Constitucionales — Madrid», in *Revista de Estudios Políticos* (NE), Julho/Agosto de 1983.

⁹⁷ Alejandro Muñoz Alonso, «El sistema de partidos y las elecciones de 28 de Octubre», cit., p. 24.

⁹⁸ Julián Santamaría, *Transición controlada y dificultades de consolidación: el caso español*, cit., p. 413.

micas. Começaria porém em seguida uma lenta e complexa normalização, sobretudo desencadeada após as eleições gerais de 1982, as quais marcaram uma brusca e eventualmente irreversível travagem nesse processo.

Do «quase bipartidarismo» pós-1982, consubstanciado por um PSOE excessivamente dominante e uma AP não só débil, mas também pouco convicta do e no seu actual centrismo, caminha-se hoje para uma versão bem mais coerente, genuína e funcional de bipartidarismo, centrada esta na «alternativa» (e, suponho eu, futura alternância) entre dois «centrismos» — sendo um, o PSOE, mais centro-esquerda e o outro, o CDS, mais centro-direita —, contendo cada um deles, nas asas do leque partidário, um núcleo tendencialmente residual, contudo imprescindível à funcionalidade «civilizada» do sistema, já que assim se poupa ou poderá poupar ambas as alternativas de pulsões atávicas, perigosas sobretudo se endógenas aos próprios autores da alternância. Para que a tal se chegue, o PSOE ir-se-á progressivamente redimensionando (dando alguma margem de acção a um PCE associado a pequenos grupos filo-socialistas) e o CDS paulatinamente estruturando.

Curiosamente, e através de vicissitudes várias e potencialmente dramáticas, o sistema político espanhol parece ter absorvido e, de certo modo, domesticado as suas clivagens mais centrífugas, polarizantes, dúbias e tendencialmente explosivas, finalmente ajustando ao seu impressionantemente intrínseco centrismo sociológico e ideológico o leque das opções eleitorais, e bem assim as estratégias político-partidárias que viabilizaram e solicitaram essas mesmas opções. Digamos que o sistema tem hoje uma legitimidade ética e empírica, uma assumida coerência e uma inteligibilidade racionalizante que, salvo incontrolláveis irrupções de cariz regional-nacionalista, tornam possível e desejável encerrar o período de transição democrática e assim encetar o processo de uma plena e, creio eu, convicta integração europeia.